

ACTA N.º 13

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO. REALIZADA EM 29-09-07

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e sete, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **João Aires Moreira Mora Leitão**, secretariado pelos senhores **Rui Pedro Dias Gonçalves** e **Fernando José Guia Barbosa**, primeiro e segundo secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: ----

Em representação do Partido Social Democrata, os senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Rui Vitor Pires Bragança, João Carlos Rosa Pedro, Sérgio Miguel Gil Nunes, Sérgio Manuel Carrondo Amaro e Paulo Jorge Martins Beirante. -----

Em representação do Partido Socialista, os senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e Carlos Alberto Pato das Neves. -----

Em representação do Bloco de Esquerda, os senhores: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da Coligação Democrática Unitária, os senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Isabel Maria de Jesus Pereira Maia. -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, o senhor: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, a senhora: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Estiveram presentes pela Câmara Municipal, o senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Maria João Gil dos Santos Grácio, Ezequiel Soares Estrada, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Henrique dos Reis Leal. -----

O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram dez horas e dez minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituírem os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a **Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão**, que substituiu a deputada Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a **Isabel Maria de Jesus Pereira Maia**, que substituiu o deputado Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária. -----

Após a leitura das actas avulsas de instalação e do respectivo juramento por parte dos novos membros, o Presidente da Assembleia declarou-os investidos nas funções. -----

De seguida, foi colocada à discussão e posterior votação a acta número doze da Assembleia Municipal. -----

ACTA NÚMERO DOZE: -----

Os deputados **Carlos Matias** e **António Ferreira**, referiram haver pequenas correcções à acta, mas que as entregariam à Mesa da Assembleia para que depois se procedesse à respectiva alteração. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO DOZE: -----

A acta número doze foi **aprovada por maioria**, com **quinze votos a favor**, sendo oito votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, um voto do Bloco de Esquerda e um voto da Coligação Democrática Unitária e, **seis abstenções**, por não se encontrarem presentes na referida reunião, sendo, duas do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista, duas do Bloco de Esquerda e uma da Coligação Democrática Unitária. -----

De seguida, entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Bloco de Esquerda apresentou a seguinte proposta de recomendação que se transcreve na íntegra: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: -----

«Os depósitos de água para abastecimento público são estruturas essenciais para a comunidade, cuja segurança deverá estar na primeira linha das preocupações gerais, a começar pelos principais responsáveis. -----

Verifica-se, no entanto, que há muito não reúne condições de segurança a zona envolvente ao depósito municipal de água situado na Charneca (junto aos Covões), numa periferia do concelho. -----

A vedação é insuficiente e é frequentemente derrubada, a iluminação é pouca e os sistemas de alarmística, a existirem, têm-se revelado pouco fiáveis. -----

Por outro lado, os alertas que a este respeito se têm feito ouvir a diversos níveis continuam sem repercussão numa resposta efectiva. -----

***A Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara Municipal que promova urgentes diligências e acções para que seja assegurada uma efectiva segurança dos depósitos municipais para abastecimento público de água, em particular do situado na zona da Charneca.»** -----*

Carlos Matias comenta a proposta de recomendação apresentada pela sua bancada: “Eu penso que a proposta é clara, apenas quero fazer uma pequena rectificação, julgo que o lugar a que se refere esse depósito municipal de água chama-se a “Sobreira”. Enfim, será o depósito situado para o lado de Árgea e penso que toda a gente localiza o lugar. Portanto, é uma questão que já foi levantada na Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que preocupa as pessoas (ou pelo menos algumas pessoas). -----

Penso que a recomendação é clara e que, no fundo, é um alerta à Câmara Municipal para que olhe com mais cuidado para a segurança de uma infraestrutura que é essencial para todos.” -----

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “De facto já tínhamos conhecimento também destas situações. Já há bastante tempo que sabíamos que elas existiam. Congratulamo-nos pelo facto do Bloco ter trazido, de uma forma formal, a esta Assembleia e, de facto, parece-nos que, a causa disto não ser tratado, revela que a Câmara Municipal está um bocado preocupada com obras que tenham grande visibilidade. Isto é, promoção política, promoção eleitoral antes do tempo. São sítios que estão perfeitamente escondidos da população, estão no meio de matos e, portanto, a população não conhece esta realidade. -----

É bom que se alerte para estas situações, o seu tratamento tem maior eficácia em termos de qualidade de vida dos cidadãos, do que outras atitudes, outros trabalhos, outras obras que são de discutível prioridade. -----

Portanto é importante que isto tenha sido levantado. É bom que estes aspectos sejam valorizados e não só os aspectos de promoção política.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este documento notamos e anotamos a preocupação manifestada. É uma preocupação que não deve ser só em relação a este depósito, deve ser em relação a todos e em relação a todas as infra-estruturas que estão ao serviço da população. -----

Obviamente que lamentamos acima de tudo que, por vezes, as condições que nos são dadas ao nível das Forças de Segurança, das entidades que deveriam fiscalizar os bens e a segurança das populações, nomeadamente a partir do Governo Central, não sejam aquelas que nós desejaríamos. -----

Portanto, damos conta desta preocupação, subscrevemos este documento. Lamentamos acima de tudo que, aqueles que deveriam colaborar connosco, não o façam. Pelo menos com a incidência que seria desejável.” -----

António Ferreira pediu a palavra: “Este é um assunto que não é novo para a Coligação Democrática Unitária por duas razões: -----

Nós já lemos um artigo do Senhor Chicharo (que está sempre atento a estas questões) no «Notícias do Entroncamento» sobre este assunto; -----

E no passado, a Coligação Democrática Unitária, sempre alertou para a situação de alguns destes depósitos. Num deles, a Câmara interveio, fez obras e neste momento está em condições (é aquele junto às oficinas). No entanto, estes outros, como estão um bocadito mais longe, penso que ficaram um bocado esquecidos. -----

Acho que é importante que a Câmara faça alguma coisa para manter a segurança nestas áreas.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: -----

A proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi **aprovada por unanimidade com vinte e um votos**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

Coligação Democrática Unitária apresentou o documento que se transcreve na íntegra: -----

INFORMAÇÃO: -----

*«Estado dos parques infantis, locais de lazer, espaços verdes – Freguesia de N S Fátima -----
A CDU através dos seus eleitos locais visitou em Agosto de 2007 vários locais da Freguesia de N. S. Fátima, nomeadamente, parques infantis, locais de lazer, espaços verdes e outros, cuja responsabilidade de manutenção e conservação pertence à Câmara Municipal do Entroncamento. -----*

O que apurámos é, em grande parte, desolador e preocupante, os munícipes residentes nesta freguesia merecem mais respeito pelos seus direitos: -----

1. Parque Infantil da Urbanização Junto às instalações da “Soladrilho” (na rua Carlos Paredes) -----

- *Foram retirados os balouços; -----*
- *Faltam cerca de 20m2 de pavimento; -----*
- *Papeleira do lixo cheia, provando por um lado a utilização do parque por crianças e por outro que não passa por ali a recolha; -----*

- *Na área circundante, apesar de bem tratada, faltam os assentos nas seis estruturas em ferro que ali foram montadas; -----*
- 2 . Forno do Grilo – Rua Gustavo Eiffel e Rua Eng.º Duarte Pacheco -----**
- *Existência de um ringue para a prática de ténis em mau estado de conservação; -----*
 - *Rede da vedação rebentada; -----*
 - *Lixo acumulado dentro do ringue; -----*
 - *A área envolvente já foi um jardim, hoje está imunda; -----*
 - *Candeeiros ao nível do solo partidos, podendo provocar algum acidente às crianças que ali brincam; -----*
 - *As plantas não são tratadas, a relva é inexistente, bancos partidos, existência de silvas e lixo acumulado. -----*
- 3 . Casal Saldanha -----**
- Das quatro zonas de lazer ali implantadas, apenas o Largo das Comunidades tem dignidade, mas, mesmo assim, o parque infantil necessita de intervenção. -----*
- 4 . Largo da Fraternidade -----**
- Com sintomas de total abandono: o jardim deixou de existir, árvores mal cuidadas, muros a necessitarem de intervenção (reparação e pintura), bancos a precisar de reparação ou substituição. -----*
- 5 . Largo paralelo à Rua Rui Dias -----**
- *Existência de um espaço dimensionado para a prática de basquetebol, futebol de cinco ou de sete, com o piso em péssimo estado. Registe-se que foram os jovens residentes que foram às obras pedir materiais e taparam os buracos; -----*
 - *As balizas foram retiradas pela Câmara por estarem em mau estado e nunca mais foram repostas; -----*
 - *A rede de protecção está rebentada; -----*
 - *As tabelas de basquetebol necessitam de pintura e das redes dos cestos; -----*
 - *Este espaço bem merecia a colocação de alguns bancos para quem acompanha as crianças. (no dia em que visitámos o local estavam 17 crianças a jogar e 9 adultos sem ter onde se sentar. -----*
 - *Ao que apurámos, seria útil no local a implantação de um assador comunal. -----*
- 6 . Parque contíguo à Rua José Afonso -----**
- *Completamente abandonado: o jardim não é cuidado, há bancos partidos, os equipamentos do parque infantil, por se encontrarem degradados, foram retirados há 2 anos e até hoje não foram repostos, a papeleira existente, está partida. -----*
 - *Pela quantidade de pessoas que ali fazem os seus grelhados, justificar-se-ia um assador colectivo. -----*
- 7 . Parque infantil do Casal da Galharda -----**
- *Necessita urgentemente de ser intervencionado, pois alguém retirou parte do pavimento e sabendo-se que este recinto é utilizado por dezenas de crianças, poderá haver algum acidente grave, recaindo sobre a Câmara a responsabilidade do mesmo. -----*
 - **Parque do Bairro da Liberdade -----**
 - *Situado entre as ruas Coronel António Manuel Batista e Eng.º Saraiva de Sousa. Recordamos que este espaço foi recuperado após o 25 de Abril pela população residente que, com a ajuda de muitos democratas do Entroncamento, com dedicação e inovação, o transformaram num parque à época modelo essencialmente virado para o incentivo ao desporto para todos. A situação actual é vergonhosa e de total degradação.» -----*

António Ferreira comenta a proposta apresentada pela sua bancada: “Eu penso que a Assembleia não se deve assustar com o tamanho do documento. Eu não vou debate-lo ponto a

ponto. É uma declaração da Coligação Democrática Unitária que gostávamos que ficasse em acta, com os problemas relacionados com os parques infantis, os locais de lazer, os espaços verdes e outros. -----

Há esta ideia no Entroncamento de que de facto temos entradas dignas, rotundas com alguma apresentação e que portanto, qualquer um que venha ao Entroncamento e não conheça o Entroncamento, fica com a ideia de que o Entroncamento evoluiu muito nos últimos anos. -----

Há também uma ideia, por parte da população local, que são só obras de fachada. -----

A Coligação Democrática Unitária fez um primeiro trabalho que está aqui, sobre o levantamento das zonas verdes, dos parques infantis, a nível da zona Norte. Vamos também fazê-lo a nível da zona Sul, embora tenhamos a percepção de que na zona Sul as coisas não sejam tão complicadas como na zona Norte. -----

É evidente que se pode dizer que é necessário muito dinheiro para reconstruir estes parques infantis. Nós temos essa noção, agora, porque não há dinheiro, não se pode deixar tudo eternamente por fazer! Tem que se começar por alguma ponta e, se não houver dinheiro para se fazer tudo, faz-se lentamente. E pelo menos manter aqueles que são novos, como é o caso do parque infantil junto à urbanização «Soladrilho», que é relativamente novo, que fica na rua Carlos Paredes, onde faltam cerca de vinte metros de pavimento, foram retirados baloiços, as papeleiras de lixo estavam cheias, na altura em que lá fomos verificar, a área circundante, apesar de bem tratada, faltam assentos em seis infra-estruturas em ferro que ali foram montadas. Um outro exemplo, no Casal Saldanha, existem três parques e só um deles é que está minimamente em condições! Todos os outros estão degradados. -----

Não vou analisar profundamente tudo o que está aí, mas são coisas que de facto requerem alguma manutenção constante e, no caso de se refazerem algumas destas infra-estruturas, é evidente que, se não se puder fazer tudo de uma vez, faz-se a pouco e pouco. -----

O Partido Social Democrata já está com um mandato e meio nesta Câmara e tem que olhar também para estas áreas.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu vi entrar há bocado o Senhor José Luís e diria que, de uma forma diferente, temos presente o Senhor José Luís nesta Assembleia, quase como membro desta Assembleia, com uma enumeração de observações quase como ele faria se estivesse aqui a intervir como membro desta Assembleia. -----

É evidente que há coisas que não estão bem. Há necessidades. O Entroncamento começa a ser uma terra com uma dimensão significativa para as dificuldades que no dia-a-dia são necessárias gerir, por um lado; Por outro lado, se calhar, para além da intervenção que o município possa e deva fazer em matérias daquelas que aqui são apontadas, temos também necessidade absoluta de sensibilizar a nossa população para uma actividade cívica que, em muitos casos, todos nós sabemos que não ocorre. -----

Infelizmente, algumas das questões aqui colocadas, têm a ver com o utilizador comum, com o utilizador diário. E portanto, eu para além de olhar para aquilo que nos é aqui deixado pela Coligação Democrática Unitária, deixava o repto ao município para que providenciasse no sentido de que a população fosse mais alertada ainda, porque já é e porque muitas vezes não ouve, para a necessidade de prover também o bem estar dos seus concidadãos. -----

Isto é, não basta usar, é preciso usar e cuidar. É preciso usar e não deitar fora ou não estragar. É preciso participar de uma forma cívica na vida da comunidade.” -----

Carlos Matias pediu a palavra: “Eu partilho dessas preocupações, acho que quem tem a responsabilidade de cuidar dos espaços públicos também não pode deixar de responsabilizar quem os utiliza, pelo cuidado e pela sua preservação. E temos infelizmente de reconhecer que efectivamente existe falta de civismo na utilização de muitos equipamentos públicos. Isso evidentemente não obsta que, quem tem a responsabilidade de os cuidar não o deva fazer. Portanto, entendemos este levantamento como um contributo útil e que a Câmara não deve menosprezar, pelo contrário, penso que é um bom instrumento de trabalho de que a Câmara

dispõe para que tenha mais cuidado nestes pequenos detalhes que, ao fim e ao cabo, são muitas vezes muito importantes para o quotidiano das pessoas da cidade.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Registo com agrado que a presença do meu camarada José Luís foi notada e bem notada, que deixou saudades e que, seguramente, daqui a uns tempos podemos cá vê-lo em alguma destas sessões. -----

Só uma questão em relação à população e em relação aos cuidados a ter com estas infra-estruturas. -----

Se por um lado os materiais têm um desgaste ao longo do tempo, o tempo é infalível e, portanto, esses materiais têm de ser substituídos. -----

Chamo a atenção, por exemplo, no largo paralelo à rua Rui Dias, em que os jovens foram pedir materiais às obras e eles próprios fizeram a manutenção deste espaço. Tentaram fazer a manutenção deste espaço. Portanto, para além de algum vandalismo que possa surgir pontualmente ali e acolá, também podemos registar alguma participação da população na manutenção destes espaços. Que é importante.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Eu creio que todos nós sentimos saudades da presença do senhor José Luís aqui nesta Assembleia. Era uma voz sempre viva. Às vezes um bocado acutilante, mas sentimos a falta dele.” -----

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “Relativamente às questões levantadas pela Coligação Democrática Unitária, apraze-nos registar a importância deste levantamento e relembrar aqui vários casos que não vou enumerar que aconteceram por aí ao longo do país em parques infantis; em campos de futebol, balizas caídas, casos de acidentes mortais e que podem ocorrer, nas circunstâncias em que estes equipamentos se encontram, aqui no nosso burgo. Esperemos que não aconteçam porque isso teria consequências graves a vários níveis. -----

Não sei, e por isso mesmo é que vou levantar aqui esta questão, até que ponto há responsabilidades da Câmara e responsabilidades das Juntas de Freguesia. Portanto, são autarquias com deveres diferentes, com responsabilidades diferentes, com autonomias próprias e, sinceramente não conheço quais são os limites de responsabilidade e de competências. Não sei se a Câmara com preocupações de fazer outro tipo de intervenções, de outra natureza, com maior dimensão, não sei se é possível fazer parcerias, ou transferir competências. Não sei, mas parece-me que estas intervenções que são de pequena monta, do meu ponto de vista, aparentemente e sem mais questões de maior técnica, essas competências poderiam passar para as Juntas de Freguesia. Isto é uma questão que eu estou a levantar, porque me parece que, no âmbito de cada Freguesia poderia haver, digamos «intervenções de proximidade», que as Juntas podiam, tendo uma visão mais localizada no seu território de freguesia, estar mais atentas a estas questões e intervir antes que houvesse problemas graves. Que não é isso que nós andamos à procura, nem desejamos isso, porque isso trás problemas para toda a gente. -----

Enfim, eu estou só a levantar a questão desta forma e acho que as questões foram bem levantadas e, portanto, propunha uma reflexão sobre esta ideia que eu aqui deixo. Não sei se é exequível, se não, mas queria deixar aqui esta apreciação.” -----

Durante a intervenção do deputado Ferreira Marques, **compareceu a deputada Célia Agostinho**. -----

Pedi a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: “Neste momento, a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, como todos sabem, está a braços com um protocolo para recuperação do bairro social. Mas é claro que já pensámos nessa hipótese de a freguesia fazer um protocolo com a Câmara para recuperar, na medida do possível, estes espaços que, parte deles estão vandalizados, já há muito (não é de há dois, nem três, nem quatro anos). Há até um espaço na urbanização do Casal Saldanha onde já houve comissão de moradores, que desistiram, cansaram-se. -----

Cada parque tem o seu problema, as suas características, derivado da população envolvente. Mas pronto, a Junta de Freguesia já abordou esse problema em reunião e sentimos que podemos colaborar com a Câmara, mediante protocolo, claro, afim de minimizar estes espaços, a bem da população.” -----

Partido Socialista apresentou a seguinte proposta de recomendação que se transcreve na íntegra: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: -----

«Todas as sociedades e organizações procuram realçar as virtudes, as qualidades, os bons exemplos dos melhores cidadãos como padrões de referência e modelos para as novas gerações. São aqueles que se destacam na ciência, na literatura, nas intervenções sociais e noutros domínios de importância relevante para a sociedade. -----

Nesta conformidade, procuramos prestar homenagem aos cidadãos que se vêm destacando numa forma relevante. É assim que, animados deste propósito, pretendemos destacar a figura de um entroncamentense ilustre que se distinguiu numa actividade que é bem cara à estratégia do actual executivo camarário e, particularmente, ao seu presidente; referimo-nos ao desporto. Na verdade, da comunidade entroncamentense emergiu um cidadão que se destacou como futebolista e capitão em equipa da então primeira divisão nacional, destacando-se também como jogador internacional e capitão ao serviço da Selecção Nacional; referimo-nos ao Sr. Virgílio Mendes. -----

O partido socialista entende que, de acordo com os pressupostos que referimos, é de inteira justiça que se preste homenagem ao citado cidadão. -----

*Assim, o Partido Socialista propõe a esta Assembleia que o Estádio de Futebol do Entroncamento passe a designar-se **Estádio Virgílio Mendes**.» -----*

Durante a leitura da proposta de recomendação **compareceu a Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista.** -----

Isilda Aguincha pediu a palavra: “Relativamente a este documento, como sabem, o Entroncamento tem alguns edificios públicos, alguns espaços públicos, alguns meios públicos que se têm chamado até à data: Pavilhão Municipal do Entroncamento, Centro Cultural do Entroncamento, Estádio Municipal do Entroncamento e, temos mantido essa nomenclatura, porque no fundo, é se calhar por um lado uma tradição (se quisermos chamar-lhe assim), por outro lado, o reconhecimento destes bens como bens da população e sem os afectar a uma figura em particular. -----

Eu sugeria que, se já temos inclusive o nome do nosso ilustre conterrâneo numa rua da cidade, que pudéssemos considerar uma homenagem de outro tipo, mas não atribuindo o nome ao Estádio, tal como ao Centro Cultural, ou a outro bem qualquer. -----

É a minha proposta em consonância com posições que defendi noutras situações e, portanto, não vou invertê-la aqui.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Há tradições e há tradições! Há boas e más tradições! Mas nós não seremos mais inteligentes, mais evoluídos que os outros cidadãos do país. O Pavilhão cristal do Porto chamava-se «Pavilhão Cristal»! Agora chama-se Pavilhão Rosa Mota. O de Lisboa tem o nome de outro atleta que nós conhecemos, Carlos Lopes. E poderia citar montes de nomes, em Torres Novas é o Estádio Doutor Alves Vieira; em Lisboa o Estádio José Alvalade, etc., etc., etc.” -----

Voltou a pedir a palavra, **Isilda Aguincha**: “Eu lamento dizer-lhes, por contradição ou por oposição àquilo que me está a dizer, mas, se calhar, o Entroncamento é diferente em muitas coisas. É diferente na sua origem, é diferente no seu modo de estar, é diferente na sua população. A população do Entroncamento tem características completamente diferentes das populações da maior parte das localidades que referiu.” -----

Alguém na bancada do Partido Socialista disse tratar-se de um “pedigree”. -----

Continuou **Isilda Aguincha**: “É um “pedigree” diferente e, se calhar, é por isso que nós gostamos da nossa população; se calhar é por isso que a nossa população se revê na nossa terra. Portanto, eu não consigo comparar aquilo que é o modo de estar e de viver da população do Entroncamento, à dos concelhos que me referiu. -----

Temos de facto uma vida e uma população com características completamente diferentes daquelas que enunciou.” -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “Sobre a proposta de recomendação do Partido Socialista, nós não temos nada em contrário a que sejam atribuídos nomes a equipamentos de uso colectivo com algum destaque. Não me sinto avalizado para discutir o “pedigree” de nenhuma comunidade e parece-me que é razoável (digamos) a proposta de atribuir um nome ao Estádio Municipal. Até porque tem a vantagem de evitar que um dia destes alguém venha propor que aquilo se chame Estádio Municipal “Coca-Cola” ou “Estádio Municipal cerveja sagres” ou coisa no género. -----

Portanto, antes que isso aconteça, parece-me que até é apropriado que se pense num nome de uma pessoa, de alguém com destaque para atribuir ao Estádio. -----

Tal como o Partido Socialista reformulou a proposta que apresentou, em recomendação, pensamos que não vem mal à vida das autarquias, não vem mal ao processo, que, inclusivamente a própria Câmara reencaminhe a sugestão para a Comissão de Toponímia (se o entender fazer). Portanto, não vem mal acolher esta sugestão que me parece que é uma sugestão que faz algum sentido. Também fará algum sentido amadurecer este processo e encarar outras alternativas! Parece-me que, em sede de Comissão de Toponímia e de Câmara Municipal, se poderá fazer uma avaliação final da atribuição de um nome, tendo evidentemente em conta a decisão desta Assembleia Municipal. -----

Portanto, nós vamos votar favoravelmente esta proposta de recomendação.” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Nós também não temos problema nenhum em que se atribua um nome de pessoas a infra-estruturas do Entroncamento e achamos que este é um possível nome para aquela infra-estrutura. -----

Eu acho que estas questões devem ser amadurecidas. Já na questão da atribuição do nome de Carlos Paredes para um edifício, nós votámos favoravelmente. Na altura não se sabia se havia já a atribuição desse nome no Entroncamento e chegou-se à conclusão de que Carlos Paredes já tem o seu nome atribuído numa das ruas e neste caso aqui, também se vem com uma proposta e não se foi ver se esse nome já estava atribuído a alguma rua e, já está atribuído! Portanto, eu acho que, para além do apresentar as propostas, deve haver um trabalho prévio para uma análise da situação. Para as coisas não serem apresentadas no ar. -----

É evidente que nos merece respeito e achamos que deve ser um dos nomes a pensar para a atribuição ao Estádio. Mas penso que deve haver uma ponderação e devem ser analisados outros nomes.” -----

Ferreira Marques pediu a palavra: “O deputado da Coligação Democrática Unitária está a acusar-nos de que nós não «estudámos a lição». Que propusemos isto de uma forma um pouco arbitrária, que não fomos ver se havia ou não havia. Mas nós sabemos que existe! Temos essa informação. Mas isso não invalida que se dê um maior relevo a determinadas personalidades! Independentemente de já haver ou não atribuído o nome de ruas. -----

Se nós formos a ver, aqui no Entroncamento, perguntem à população se sabe quem são as pessoas que têm o nome atribuído em muitas ruas. Perguntem, façam uma amostragem. Há pessoas que são completamente desconhecidas! Ninguém sabe quem são! -----

Por acaso, eu quando passo pelas ruas tento ver o nome das ruas e pergunto-me muitas vezes: Quem será este cidadão? Não sei e não tem por baixo a dizer quem era, se era poeta, se era cavador, se era operário. Por conseguinte, eu faço um desafio e quem tiver paciência e competências para o fazer, que faça este tipo de avaliação e tente saber qual a percentagem da

população que conhece verdadeiramente quem foi o cidadão ou a cidadã que está a dar o nome às respectivas ruas.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Houve aqui várias interpretações na forma como devemos dar o nome aos nossos equipamentos. Sabemos que o nosso equipamento é um equipamento peculiar! É um equipamento que se deve destinar em lugar do desporto de alta competição, mais à formação da nossa juventude, uma formação que dê aspectos que considero importante, como é o aspecto da educação física a par do progresso intelectual da nossa juventude. -----

Muita gente não conhece os nomes das entidades que figuram na nomenclatura das nossas ruas, mas eu sei que, parte dessas entidades, foram pessoas que, na altura em que o Entroncamento era um povoado muito pequeno, fizeram muito pelo Entroncamento. Foram pessoas ligadas à tropa e que colaboraram com as entidades municipais e outras pessoas ligadas a outros sectores e instituições. Foi como que uma medida de agradecimento que foi atribuído o nome das diversas pessoas ilustres que passaram cá pelo Entroncamento. Portanto, eu acho que isto deveria ser ponderado. É apresentada aqui uma proposta que é atribuir imediatamente um nome; sugeriram também a possibilidade de haver outra forma de encarar o problema, que é ponderar nomes de mais pessoas. Isto é sempre uma proposta de recomendação, nunca é definitiva de que terá de ser seguida e eu acho que deve ser estudado. -----

Portanto, eu perguntava a esta Assembleia se querem que ponha à votação a proposta de recomendação nestes termos em que está, ou se querem, eventualmente, apresentar outras propostas que vinculem outra filosofia de colocação de nomes às nossas infra-estruturas desportivas e não só.” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “A questão parece-me clara. Se o Partido Socialista mantém a proposta de recomendação, ela tem de ser votada.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta de recomendação em debate, à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: -----

A Proposta de Recomendação apresentada pelo Partido Socialista foi **rejeitada com voto de qualidade** do Senhor Presidente da Assembleia e obteve a seguinte votação: **onze votos contra**, sendo, dez votos do Partido Social-democrata e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima; **onze votos a favor**, sendo, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e, **uma abstenção** da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Pedi a palavra **Pato das Neves** que leu o seguinte pedido de informação, que se transcreve na íntegra: -----

Pedido de informação: -----

«Na sessão da Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2007, a bancada do PS pediu através da Mesa que o Executivo lhe fornecesse os seguintes elementos: -----

1. Edifício situado na rua Eng. João Carlos Castro Reis alvará de licença 213/06. O Executivo não informou se se tinha respeitado a área de protecção ao recreio da escola anexa. O PS tem conhecimento de um DL que impediria aquela construção naquela implantação pelo que o Executivo deverá ter outro mais actualizado, para ter permitido a construção tal como foi implantado. Solicitamos saber qual foi esse DL? -----

2. Solicitámos ser informados em que condições podem ser autorizadas construções com mais de 4 pisos em zona de média densidade definidas no PDM, bem como quais as condições em que o nivelamento das cérceas, conforme disposto no artigo 34º do PDM, pode ser desrespeitado. Igualmente inquiríamos sobre as condições em que os sótãos podem ser transformados em zonas habitáveis dando origem aos célebres duplex “ à lá Entroncamento”. -

3. *Quais os fundamentos legais para não fornecimento de cópias áudio das sessões da CM e da AM. Desde já informamos que não aceitamos o argumento de que se trata de um documento de trabalho exclusivamente destinado à elaboração das actas.* -----

Senhor Presidente da AM a bancada do PS constata que nada foi respondido o que representa uma gravíssima falta de respeito pelo órgão autárquico. Assim sendo esperamos que V. Ex.^a diligencie para que, no prazo de 20 dias estas respostas nos sejam remetidas de forma **FUNDAMENTADA E NÃO EVASIVA.**» -----

Continuou **Pato das Neves**: “Sobre aquele prédio a que nós fazemos referencia no ponto número um, a Câmara respondeu-nos que ele tinha sido implantado onde estava previsto! Ora, isso é evidente! Agora se está implantado de acordo com a Lei, isso é que nós queríamos saber. -----

O prédio a que me refiro é aquele que se situa junto de uma escola primária ao pé do jardim Caldas.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Tenho mais umas questões para aqui colocar e uma delas prendia-se exactamente com esta questão das alturas dos edificios. Ela já foi levantada em termos de informação e eu gostaria que depois também enviassem para a Coligação Democrática Unitária a informação que vai ser dada ao Partido Socialista. -----

Eu acho isto muito interessante, porque a responsabilidade desta situação do Entroncamento, de facto, começou com o Partido Socialista. Continua com o Partido Social Democrata, mas começou com o Partido Socialista! E os maus hábitos depois são difíceis de erradicar. Assim como os sótãos, não nos podemos esquecer. -----

Mas há aqui três questões que eu gostaria de levantar: -----

- Nas ruas do Forno do Grilo e Calouste Gulbenkian, há um posto de telefone que está no meio da via pública e que constitui neste momento um perigo para a população. -----

- Quando se vai do restaurante “o Retornado” para o Pavilhão Gimnodesportivo, há uma faixa, de cerca de cinquenta metros, que necessita de uma intervenção urgente (ser asfaltada) e que facilitará o acesso das pessoas e das viaturas ao referido Pavilhão. -----

- Vimos na informação do Senhor Presidente da Câmara, os projectos em relação ao Bonito. No entanto, gostaríamos de saber datas para a implementação desses projectos.” -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “Nós temos uma informação e uma declaração a fazer. -----

A primeira informação à Assembleia Municipal tem a ver com o próximo debate na Assembleia da República, de um projecto-lei do Bloco de Esquerda sobre política tarifária nos sistemas de transportes públicos. -----

Para além de vários aspectos, esta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda, prevê o alargamento da coroa da área metropolitana de Lisboa até ao Entroncamento, no que diz respeito ao transporte ferroviário. Isto quer dizer que, se for aprovado este projecto-lei, estará aberto o caminho para a utilização do passe social na ferrovia entre Lisboa e o Entroncamento. –

Trata-se, como todos sabemos, de uma aspiração muito antiga, reiteradamente afirmada aqui por esta própria Assembleia e defendida por outras autarquias da região e pelos utentes dos comboios. -----

Portanto, esperemos que os senhores deputados e os diversos partidos façam os contactos necessários para que seja viável e aprovada esta iniciativa do Bloco de Esquerda na Assembleia da República. E não se compreenderá, no mínimo, que os deputados eleitos pelo distrito de Santarém não votem favoravelmente esta proposta do Bloco de Esquerda, deste projecto-lei. -----

Segundo aspecto: -----

Foi noticiada pela Comunicação Social a conclusão de um acordo entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata para alteração da Lei Eleitoral das Autarquias Locais. E isto tem a ver connosco. -----

Segundo foi divulgado, esse acordo prevê que qualquer resultado eleitoral seja forçadamente traduzido em maiorias absolutas nos executivos municipais. Trata-se pois da introdução “a martelo” de uma distorção na proporcionalidade eleitoral e que perverte a democracia. Afinal pretende-se alterar as regras, que por força das dinâmicas e dos resultados, ganhe sempre, nas autarquias, um dos dois do costume, como irmãos a partilhar o poder à vez. –

Pelo que já se sabe, da aberração acordada entre as direcções do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, forçosamente resultará um maior fechamento e uma maior opacidade na acção das Câmaras. Terreno mais favorável ao arbítrio e ao Caciquismo. -----

Para o Bloco de Esquerda isso é preocupante e condenável. E agora ainda mais, pois há escassos dez dias, foi promulgado o Decreto-Lei trezentos e dezasseis de dois mil e sete, promulgado em dezanove de Setembro, que atribui muito mais responsabilidades e competências aos municípios no planeamento e na gestão do território municipal. -----

Ora quando no quadro actual já é o que se sabe e sobretudo o que não se sabe sobre a revisão do PDM e a elaboração de planos de pormenor, lembrar-se-ão por certo do verdadeiro escândalo do plano de pormenor para os terrenos da fábrica dos vinagres, facilmente se antevê o que aí vem no quadro que resultar do acordo entre as direcções do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. -----

Se já se sabe pouco, menos ainda se saberá no futuro. Tudo bem fechado nos gabinetes, longe da atenção, do debate e do escrutínio público e ainda mais, bem longe da atenção dos restantes partidos da oposição. Tal é o resultado previsível do acordo entre os directórios do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Ou para sermos ainda mais rigorosos, é este o almejado resultado pretendido por estes dois partidos (ou para sermos mais justos, pelas direcções desses dois partidos), pese embora as também mais que previsíveis declarações em sentido contrário. Aliás, até nisso estão bem uns para os outros. Mas infelizmente, ambos estão muito mal para a transparência, para a democracia e para os cidadãos que aqui representamos.” -----

De seguida, pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Nós queremos deixar aqui claro a nossa congratulação pelo facto de ter sido aprovado a construção do monumento ferroviário em frente à estação dos caminhos-de-ferro. -----

Nós vínhamos sistematicamente levantando esta questão, porque nos preocupava a degradação do espaço que está por ocupar mercê de ter sido destruída uma outra estrutura estatuária e que, não sabemos se foi por nossa influência, se não foi, mas de qualquer das formas achamos que contribuímos com o alerta, com chamada de atenção para que a situação se resolvesse e com isso congratulamo-nos e damos os parabéns à Câmara porque de facto nos parece um desenho razoável, com uma estética adequada aos objectivos. -----

Queríamos também saber qual é a situação da obra do edificio do banco. Não sabemos a quantos isto anda e isto preocupa-nos porque gera precedentes e no futuro pode trazer consequências graves à Câmara, por relação com outros intervenientes na área da construção civil cá no Entroncamento. -----

Queremos também realçar aqui um aspecto muito importante que nos indigna. É que o Partido Comunista, cada vez que é levantada uma questão relativamente à Câmara, elegeu-nos, Partido Socialista, como seus “*inimigos figadais*”. -----

Parece que há aqui um problema de quererem acabar com o nosso eleitorado! Isto é um problema político! Mas estejam descansados, não tenham problema com isso, mobilizem os operários, mobilizem os trabalhadores, mobilizem os pobres. Vocês têm o vosso eleitorado. Porque quando deixar de haver pobres, quando deixar de haver trabalhadores mal pagos, quando deixar de haver indigentes, o Partido Comunista terá de mudar de ideologia. Portanto, trabalhem para eles, não se ponham contra o Partido Socialista! O Partido Socialista tem o seu eleitorado, tem as suas propostas. Não têm que andar sempre a dizer que o Partido Social Democrata fez

mal, e o Partido Socialista é que o ensinou a fazer mal! Não tem nada a ver uma coisa com a outra!” -----

Isilda Aguincha pediu a palavra: “Eu não era para falar, mas depois desta intervenção, eu lamento dizer mas, se só o Partido Comunista é que se preocupa com os pobres, com os trabalhadores mal pagos, com os indigentes, então há aqui qualquer coisa que está errada! O que é que os outros andam aqui a fazer? Só pensam nos outros? Só pensam nos que não têm problemas? -----

Parece-me que não é essa a filosofia dos vários partidos que eu conheço, pelo menos na sua parte boa e que devem, no limite ou no mínimo, olhar para toda a população, especialmente para aqueles que têm mais dificuldades, para aqueles que são mais carenciados. –

Portanto, acredito que tenha sido um acidente linguístico a sua intervenção. -----

Não consigo de forma alguma, até pelo respeito que tenho para com alguns dos elementos ligados ao Partido Comunista, achar que só olham para a parte mais desfavorecida da população, porque também há ilustres elementos do Partido Comunista que não se podem enquadrar nesse grupo de pessoas. Tal como nos nossos partidos, tal como em todos os partidos.

É um aparte e era impensável não dizer alguma coisa sobre isto. -----

Relativamente ao edifício cuja obra estamos a acabar, eu entendo e entendemos a preocupação manifestada pela bancada do Partido Socialista, como por todos aqueles que têm olhado para esta obra como uma obra que se tornou complicada. Agora também entendo e penso que devemos ver a questão de outra forma, que é preferível termos alguma flexibilidade, especialmente porque estamos a olhar para uma empresa do concelho, que tem um percurso e uma história no concelho do Entroncamento, é preferível chegarmos com a obra ao fim, concluirmos a obra, desde que se cumpram aquilo que são as obrigações contratuais ao nível da execução, do que ficarmos com uma obra inacabada, embrulhada em tribunal. É evidente que para fazer oposição ao executivo municipal, era muito mais agradável termos ali um «mono» parado e sem fim à vista. Agora, se calhar, o objectivo que nós temos para o Entroncamento, é concluir a obra, encontrarmos um trabalho feito com qualidade, em que as condições propostas para a obra são satisfeitas, e quando se entrar ali dentro esteja tudo feito e não andemos com processos em tribunal, enrolados três, quatro, cinco, seis anos, porque, entretanto, as coisas descambam! Acho que, embora com luvas de peliça, é preferível chegarmos a bom termo do que acabarmos um processo que depois não terá fim.” -----

Voltou a pedir a palavra **Ferreira Marques**: “Não percebeu certamente a forma como eu abordei as questões. Porque eu quero esclarecer, particularmente a senhora deputada, que o Partido Socialista é um partido que se preocupa com toda a gente, é um partido interclassista; não é um partido de classes, não é um partido que eleja nenhuma classe em particular. Problemas todos os cidadãos têm, sejam quais forem os níveis que se encontram nos estratos da sociedade. Nós preocupamo-nos com todos e não só com alguns!” -----

Isilda Aguincha disse: “Foi mesmo lapsos de língua” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Em relação às acusações que são feitas pelo Partido Socialista, nós na prática e nos pontos a seguir vamos ver e vamos ter ocasião de falar sobre quem que preocupa com quem. Mas há uma coisa que deve ficar aqui clara, com virgens impolutas e com a amnésia que pairam neste país, nós não temos intenção de pactuar com elas. Quem teve responsabilidades tem de as assumir, seja nesta Câmara ou no país e nós estamos aqui para recordar as responsabilidades, pois não são responsabilidades que vão perdurar só por um ano, mas vão perdurar por muitas dezenas de anos. E essas responsabilidades têm de ser assacadas. -----

Em relação à questão que o Bloco de Esquerda levantou do passe social, eu chamo mais uma vez a atenção que esta filosofia do passe social tem a ver com a área metropolitana de Lisboa. No entanto, eles fizeram um apelo para que os outros partidos na Assembleia da República apoiassem a proposta do Bloco de Esquerda. -----

É evidente que nós daqui vamos falar com os nossos deputados, pois eles também nos vão perguntar, e nós vamos dar a nossa opinião em relação a isto e será favorável. Agora isto, é esquecer a questão mais importante e nós temos essa noção através dos órgãos de informação. Neste momento, em algumas zonas do país, fica mais caro andar cento e tal quilómetros do que andar dezenas de quilómetros em comboio. Portanto, há um desincentivo à utilização do transporte ferroviário. No Entroncamento, nós temos o problema das pessoas que vão para Lisboa, mas também temos o problema das pessoas que vão para Tomar, que vão Abrantes e para outros locais! -----

É necessário haver uma outra política na área dos transportes. Uma política que favoreça a utilização de transportes colectivos. Quem vai diariamente de carro para Lisboa, poderia ir de comboio se a oferta fosse melhor. E nós trouxemos esse assunto aqui à Câmara há bem pouco tempo, em relação à diminuição da oferta dos comboios. -----

Portanto, há necessidade de uma outra política. Tem sido uma luta já de há muitos anos a questão de um passe social até ao Setil e não se tem conseguido. Vai ser muito difícil implementar isto até ao Entroncamento, se não se consegue até ao Setil. Agora uma coisa é certa, há necessidade também por parte de todas as forças políticas de haver uma conjugação das forças no sentido de uma outra política em termos de transportes. Maior qualidade, preços mais baixos. -----

Há um estudo económico internacional, que saiu há bem pouco tempo, que diz o seguinte: «as políticas actuais para resolver os problemas ambientais, poderão custar cerca de um por cento da riqueza de mundial. As políticas que serão implementadas daqui a umas dezenas de anos (cerca de cinquenta anos), vão custar cerca de vinte por cento da riqueza nacional.» Portanto, se gastarmos (Portugal) um por cento da nossa riqueza, vamos resolver os problemas dos transportes e vamos resolver muitos problemas ambientais em Portugal. E é aqui que devemos lutar, batalhar, para que isto vá para a frente. Porque, como eu disse inicialmente, não é só o problema das pessoas que vão para Lisboa, é o problema das pessoas que vão para Tomar, para Abrantes e para uma série de sítios, porque a população do Entroncamento é uma população que tem as suas actividades noutros concelhos.” -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “Estava para levantar a questão do edifício do banco na actividade municipal, mas uma vez que ela veio a debate neste momento, devo dizer que eu estou na generalidade de acordo com aquilo que a doutora Isilda disse, como consideração geral. O problema é que aquilo tem que ter um fim! -----

Nós, Bloco de Esquerda, acompanhamos a tolerância em relação às obras do banco durante muito tempo. Compreendemos que é uma empresa com dificuldades, compreendemos que é preferível deixar arrastar o processo do que levá-lo para tribunal, complicando e enrolando e reabrindo novo processo. Compreendemos isso tudo e, portanto, compreendemos que tenha que haver uma excepcional tolerância. Mas é que aquilo já ultrapassou tudo e portanto, tem que haver um limite. -----

Eu compreenderia aquilo que a doutora Isilda disse e subscrevo na totalidade, mas acho que lhe falta uma coisa, que é dizer até quando é que nós estamos dispostos a pactuar com o arrastamento da situação! Até por daqui a seis meses? Daqui por mais um ano? Daqui por dois anos? Porque a situação da empresa, pelos vistos, é difícil, o processo da empresa também é complicado, e aquele processo que se pode arrastar três, quatro anos no tribunal para resolver, pode-se arrastar para resolver a situação da empresa! E portanto, tem que haver um limite. -----

Se nos disserem aqui que é mais um mês, mais dois meses, mais três meses, nós estaremos de acordo com isso! Mas tem que haver um limite para tudo e esse limite, pelos vistos, não existe! Em todas as sessões de Câmara aparece um pedido de prorrogação de prazo, para a outra sessão seguinte! Portanto, isto é inadmissível! Já lá vão dois anos, já lá vão doze prorrogações e isto tem de ter um limite. De uma vez por todas, tem que se encarar de frente o problema. Se lhes disserem, mas está quase, há indicadores de que no mês que vem isso vai ser

resolvido finalmente. Ok, nós estaremos dispostos a aceitar isso. Agora aceitar uma situação sem fim à vista, que é a situação actual, isso é que é inadmissível. -----

Relativamente às considerações do Partido Socialista, eu percebo as angústias existenciais dos militantes do Partido Socialista na semana em que o próprio Governo do Engenheiro Sócrates fez sair o euro milhões ao grupo Mello, privatizando as Estradas de Portugal. Eu penso que isto é difícil de engolir para os militantes do Partido Socialista. Para toda a gente, porque ninguém vai perceber que se privatizem as estradas! Um dia destes privatizarão as nossas ruas! Eu não sei onde é que isto vai parar! -----

Eu percebo que isto leve de facto a algumas angústias nas bases do Partido Socialista. Agora só recomendo que não transformem a Assembleia Municipal no divã do psicanalista! Eu percebo as suas dificuldades de identidade, andam à procura de uma identidade, mas será preferível primeiro encontra-la, resolverem esses problemas e depois trazer para aqui posições políticas claras. Porque a gente está aqui para discutir política, não angústias existenciais.” -----

Esgotado o tempo para o período de antes da ordem do dia, o **Presidente da Assembleia** passou ao período de intervenção do público. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Solicitou intervir o Senhor **José Luís Fernandes**: “Tenho alguns problemas que aqui quero levantar e que são os seguintes: -----

- O parque de estacionamento, na avenida José Eduardo Victor das Neves, que tem um estacionamento térreo e que dá muito jeito, tanto à população do Entroncamento, como a outras populações vizinhas que vêm fazer as compras ao Entroncamento. Solicito pois que a Câmara dê uma reparação naquilo, pois há lá buracos que têm trinta centímetros de altura e agora vem o Inverno e é ainda pior. -----

- A urbanização da ZUE7 é uma urbanização que vai ter uma área considerável para jardim e eu queria aqui propor à Câmara que, a exemplo do que fizemos e que alguns cidadãos, na altura, fizeram na Zona Verde que, antes de fazerem o jardim, plantaram árvores e hoje, aquela zona verde está com aquelas árvores, porque houve o cuidado da própria população de plantar as árvores antes de se executar o jardim. Penso que naquela zona também era positivo fazer isso, porque, embora não se fizesse já o jardim, pelo menos as árvores podiam ser plantadas, para que quando se fizesse o jardim, ficasse ali uma zona verde já com árvores em condições. Aquilo é uma área verde, não são canteiros como se costuma fazer no Entroncamento e penso que se poderia já adiantar com a plantação de árvores. -----

- No Bairro da Liberdade, o parque infantil foi feito pelos munícipes, grande parte deles já não estão vivos, mas fizeram muito sacrifício na construção daquele parque e, ao longo dos anos, este parque foi abandonado pela autarquia. Penso que se deve remodelar aquele parque, porque é uma zona onde há muitas crianças. Tem um ringue com uma construção boa e está desaproveitado. -----

- Também o parque infantil do Casal do Grilo, foi desmantelado e abandonado. -----

Penso que a Câmara devia ter algum cuidado nestas coisas, para que as crianças tivessem locais onde brincar.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Foi com prazer que o ouvimos novamente nesta Assembleia. -----

O regulamento prevê que no período de intervenção do público as respostas sejam dadas pelo Presidente da Assembleia Municipal. Como nós temos presente o senhor Presidente da Câmara, na altura em que responder acerca da informação da Câmara, ele abordará estes assuntos e vai esclarece-lo certamente.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** passou ao primeiro ponto da Ordem dos Trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2008”

Intervio **Ferreira Marques**: “Relativamente a esta matéria, se olharmos para alguns dados da informação do senhor Presidente da Câmara, constatamos que, do ano passado para este ano, a venda de bens e serviços tiveram um acréscimo de cem por cento. Isto deve-se também a receitas de IMI e outros tipos de receitas. -----

Portanto, com um acréscimo desta natureza, não se justifica absolutamente nada os valores que foram aprovados para o IMI, em termos de Câmara Municipal. -----

Este acréscimo de cem por cento nas receitas manifesta de facto o esforço financeiro para os municípios. Se já houve um esforço tão grande, que se foi brutalmente agravado sobre os municípios, não se justifica que haja a manutenção das taxas de IMI propostas pela Câmara Municipal. -----

Portanto, parecem-nos desajustados os valores que foram propostos.” -----

De seguida, foi dada a palavra a **Luís Grácio**: “Sucessivamente a maioria PSD na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal opta por aprovar a taxa máxima de IMI, apesar da base de incidência ter vindo a aumentar como era de prever, e com isso continuamente vai prosseguindo uma política de agravamento da carga fiscal das famílias do Entroncamento. -----

A nova Lei relativa aos impostos sobre imóveis, tem por pressupostos uma tendencial equidade na tributação de todos os detentores de bens imóveis, acabando com aqueles que, mesmo possuidores de grandes imóveis acabam por pagar valores irrisórios e ao mesmo tempo desonerar os que pagavam valores significativos de imposto, sem que para isso possuíssem bens de enorme valor patrimonial. Para isso a lei prevê que se proceda à avaliação de todo o parque habitacional, de forma a equilibrar o que cada um contribui para o erário público. -----

Todavia, vimos assistindo ao seu inverso, as avaliações continuam por fazer, uns pagam mais do que deviam e outros continuam ainda longe do que deveriam pagar. -----

A Lei que não previa a diminuição das receitas dos municípios, também não apadrinhava o seu contínuo aumento, que é, ao que de facto se vem a assistir. -----

Atendendo a esta situação e ao agravamento destas condições de vida de grande parte da população, nomeadamente da população do Entroncamento, o Bloco de Esquerda propôs na Câmara Municipal do Entroncamento que, em dois mil e oito, as taxas do IMI baixassem para o valor médio do intervalo admitido pela Lei. Ou seja, propôs que baixassem para zero vírgula seis por cento no caso dos imóveis não avaliados desde dois mil e quatro e para zero vírgula trinta e cinco por cento no caso dos imóveis já reavaliados desde aquele ano. -----

Mais uma vez, não foi este o entendimento da maioria absoluta do Partido Social Democrata, a qual impediu que o Imposto Municipal sobre Imóveis baixasse no concelho do Entroncamento. -----

Esse abaixamento do IMI não só era necessário, como seria possível e justo. -----

Assim, com os votos exclusivos do Partido Social Democrata, a Câmara Municipal volta a propor a aprovação para dois mil e oito as taxas máximas para o IMI. Ou seja, no próximo ano os municípios voltarão a pagar zero vírgula oito por cento para os prédios urbanos não reavaliados desde dois mil e quatro e zero vírgula cinco para os prédios urbanos já avaliados desde esse ano. -----

Os municípios do Entroncamento vão continuar a sentir o efeito da acção da maioria do Partido Social Democrata directamente nos seus já exauridos bolsos. -----

Por tudo o que acabamos de denunciar, o Bloco de Esquerda irá votar novamente contra a aplicação das taxas máximas.” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Se calhar, as informações que nos são dadas, não são dadas a todos nós da mesma maneira. Um aumento de cem por cento nas receitas em relação ao ano passado, não vi nada disso! O que eu vi foi que neste momento, os impostos directos estão quase a atingir os valores de cobranças do ano passado. O aumento do IMT e a SISA, eu vi e vi também que, em termos de IMI, os valores que foram cobrados até este momento, em relação ao ano passado, são de quase oitenta por cento. Ou seja, até ao final do ano vamos ultrapassar novamente as verbas que foram cobradas o ano passado.-----

E vamos aumentar porquê? -----

Porque o período de transição da aplicação dos valores máximos a atribuir vai até dois mil e nove. Até dois mil e nove, por via da aplicação dos valores máximos das taxas, haverá um aumento até dois mil e nove. -----

Mas há duas questões que eu já aqui levantei anteriormente e que não devemos esquecer, uma grande parte do parque imobiliário do Entroncamento foi adquirido, em força, na década passada a partir de mil novecentos e noventa e cinco. Muitas dessas casas estiveram isentas de IMI (do imposto anterior) durante dez anos e vão começar a pagar agora. Para além disso, as casas que foram compradas mais recentemente, já têm um período de isenção inferior, de seis anos. E essas também muito em breve vão começar a pagar. Portanto, este valor vai continuar a subir. E o aumento de cem por cento, não é preciso ir muito longe, talvez três anos atrás, portanto, em três, quatro anos, houve um aumento de facto de cem por cento. Ou seja, os contribuintes do Entroncamento, de uma forma geral, pagam o dobro daquilo que pagavam anteriormente. -----

E não podemos esquecer a natureza deste imposto! Este é um imposto que recai sobre os rendimentos das famílias. Não recai sobre o rendimento do capital. Não recai sobre o rendimento das empresas! É sobre o rendimento das famílias. E deve haver uma preocupação aqui com as Câmaras Municipais. -----

As Câmaras Municipais devem ter a preocupação de não aumentar este imposto para além do aumento da inflação. Porque isso será retirar poder de compra noutras áreas às famílias.

Por outro lado, dar informação às pessoas que podem pedir a isenção deste imposto. Famílias carenciadas, famílias de menores recursos, para que elas possam utilizar aquilo que lhes é facultado pela Lei. -----

Por outro lado, eu admito que este imposto possa ser aplicado à taxa máxima em determinadas situações, mas é para manter o mesmo nível de imposto. Não é o caso do Entroncamento, porque o Entroncamento sobe vinte, trinta por cento ao ano. Isto é importante. Eu penso que se a Câmara toda se tivesse empenhado, sobretudo a oposição, no esclarecimento e na informação disto aos outros vereadores, mesmo do Partido Social Democrata, as coisas não estavam como estão. A Coligação Democrática Unitária quando esteve na Câmara Municipal, conseguiu os zero vírgula seis por cento e a Câmara não baixou (e estou a falar a nível do IMI) as receitas de IMI. Apesar de ter passado dos zero vírgula oito para os zero vírgula seis. -----

Eu penso que nós estamos aqui, não estamos no Poder Central. É evidente que os Partidos que têm estado no Governo Central, cada vez mais, fazem a política de determinados interesses, esquecendo-se muitas vezes dos eleitores. Nós estamos perto das populações e devemos lutar pelos interesses da população, sabemos quais são os problemas deles e devemos estar atentos a esses problemas.” -----

Intervenção de seguida **Isilda Aguincha**: “Relativamente a esta matéria e pegando naquilo que disse o doutor António Ferreira, de facto nós temos que lutar pelos interesses das populações e temos em primeira instância, também ou complementarmente, de salvaguardar os interesses dos trabalhadores do município. -----

É sabido que a verba que nos vem do Governo Central não dá para mais do que onze remunerações dos trabalhadores do município. Isto é, das catorze remunerações anuais a que os nossos trabalhadores têm direito, salvaguardadas estão onze. Se calhar, o IMI é indispensável

para salvaguardar as restantes remunerações dos trabalhadores. E não estamos a falar em admitir novos trabalhadores! Estamos a falar em salvaguardar a situação daqueles que já têm muitos anos de casa. Estamos a falar em salvaguardar a segurança social, ou as participações para a ADSE, a que as pessoas têm direito e de facto, como nós sabemos, o IMI é a segunda maior fonte de receita da autarquia. Sabemos que estamos a penalizar a população com o imposto. Mas também temos que ter a noção do outro lado, que é, a autarquia existe, tem um conjunto de colaboradores com muitos anos de casa e que, no limite, têm que ser respeitados, considerados e ter a sua situação presente e futura acautelada. -----

Sei que não é fácil dizer isto. Não é fácil de uma bancada de Assembleia, estar a fazer a apologia do imposto. Não é a apologia do imposto, é apenas a consciência de que é imprescindível salvaguardar situações de compromisso que não são cobertas por outros recursos, a que a Câmara Municipal está obrigada e a que nós também estamos obrigados, no mínimo por solidariedade para com os trabalhadores do município. -----

Nós conhecemos concelhos, todos nós conhecemos de certeza, em que se baixou a taxa do IMI para os prédios urbanos, quando a grande fatia da recolha de imposto vem dos rústicos. E portanto, as pessoas pensam que a dos urbanos até baixou mas de facto o bolo vem dos rústicos! Portanto, vendeu-se muito bem a imagem, mas em termos práticos a população levou a “tareia” de uma forma discreta e sem dar por ela. -----

No caso do Entroncamento, o município assumiu e sabe das consequências que isso pode ter, mas assumiu o risco com frontalidade e parece-me que é aquilo que nós necessitamos para salvaguardar os interesses do concelho.” -----

Solicitou a palavra **Ferreira Marques**: “Solicitamos ser esclarecidos de qual é o valor das transferências para a Câmara e qual é o valor global anual dos custos com os funcionários?”

Voltou ao uso da palavra **Isilda Aguincha**: “Acabei de lhe dizer, e eu não tenho valores exactos aqui, que o valor das transferências dá para onze remunerações. As outras três têm que ser salvaguardadas por outras verbas. -----

Eu posso pedir ao senhor Presidente se poderá fazer o favor de dar esses valores, porque eu não lhe vou dar valores aproximados, para depois ser acusada de estar a dizer mentiras, porque não os tenho aqui.” -----

Interveio **Carlos Matias**: “Em primeiro lugar, eu não conheço nenhum concelho (não sei se me poderão dar um exemplo) onde a taxa rústica é menos que zero vírgula oito por cento. Porque o actual código do IMI, artigo cento e doze, estabelece que a taxa para os prédios rústicos é fixa! É de zero vírgula oito por cento! Portanto, não é mais, nem é menos. E nenhum concelho pode fixar um valor diferente. Se algum concelho fixou um valor diferente, não está a cumprir o código do IMI. Portanto, por aí, não vamos lá. -----

Segunda questão: A proposta que o Bloco de Esquerda apresentou na Câmara Municipal, de ir para os valores intermédios, representava em relação às receitas municipais, uma quebra de três vírgula oito por cento. Se virmos que as receitas estão constantemente a ser acima do previsto, percebemos que isto era irrelevante para as receitas municipais, mas era relevante para os municípios que não pagavam. -----

Terceira questão: E não sei e gostava de saber, porque é que até hoje a Câmara Municipal não aplica a disposição do código do IMI, que faz com que os prédios devolutos sejam obrigatoriamente taxados a dobrar! E nem sequer é opção! É uma definição legal. E o código do IMI estabelece que prédios devolutos são taxados a dobrar. Essa é uma receita que não tem sido cobrada. Que eu saiba não está prevista (gostava de saber se ela está prevista nalgum lado) e que com certeza vai permitir à Câmara Municipal arrecadar mais receitas. -----

Portanto, isto dá-nos uma exacta dimensão do que está em causa, dos montantes que estão em causa, da relevância que isto tinha para as famílias, porque realmente, uma baixa do IMI significava algo para os orçamentos familiares e para, a relativamente pouca dimensão que isso tinha nas receitas municipais.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Em relação aos argumentos apresentados aqui pelo Partido Social Democrata, eles não coincidem com os argumentos que foram apresentados pelo senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara falou aqui da necessidade de manter o crescimento das receitas de IMI face aos investimentos que hão-de ser feitos em termos dos Fundos Comunitários, ou seja, do QREN. Essa foi a argumentação e agora aparece a questão dos salários. É uma questão diferente daquela que foi apresentada inicialmente. -----

No entanto, eu chamo aqui a atenção para uma questão que é importante: -----

Os cidadãos hoje pagam mais para os cofres do Estado Central, do que pagavam há poucos anos atrás. Temos o aumento do IVA, temos aumentos de uma série de impostos, temos diminuição de isenções. Portanto, pagamos mais. Pagamos mais em termos Centrais e pagamos mais também para os impostos locais. A carga fiscal é enorme -----

Aquilo que as Câmaras e o Poder Local têm que fazer é exigir, como acontecia anteriormente, que, daquilo que pagamos para o Poder Central, continue a vir as verbas para o local, como estava anteriormente. Não é agora o Poder Central sentir-se folgado para fazer todo o tipo de encomenda a empresas privadas e transferir riqueza para as empresas privadas. -----

Neste momento, não tenhamos dúvidas, o Partido Socialista não é Socialista! O Partido Socialista neste momento é um partido que está a gerir os interesses de um sistema capitalista e deixou de olhar para as classes mais desfavorecidas. -----

Mas nós aqui, a nível local, sabemos quais são os problemas da população e não podemos deixar que isto continue. -----

Atenção, eu não tenho nada contra o Partido Socialista enquanto militantes da base. Há muita gente honesta dentro do Partido Socialista. Há muita gente convicta na defesa dos interesses das populações. Portanto, não meto tudo no mesmo saco. Agora, as políticas que têm sido seguidas pelo Partido Socialista, são notoriamente no sentido da concentração da riqueza em meia dúzia de mãos. -----

Portanto, cabe às Câmaras Municipais, cabe às autarquias locais, travar este processo de cada vez mais impostos.” -----

Pedi a palavra **Mesquita Domingues**: “Eu apenas queria reforçar um pouco a nossa posição. Portanto, se nós olharmos efectivamente para o quadro comparativo das receitas cobradas no ano passado, até Setembro, com as receitas recebidas este ano, o que é que nós verificamos? -----

Impostos directos, já levam um aumento de trinta e seis por cento na receita, comparativamente com a do ano passado; -----

Os impostos indirectos, têm um aumento este ano, de oitenta e dois por cento; -----

A venda de bens e serviços correntes, que engloba essencialmente a questão da água e por aí fora, nós vemos que tem um aumento de receita, do ano passado para este ano, de cem por cento. -----

É evidente que tudo isto representa um agravamento dos custos que a população tem de pagar! São os impostos, é o IMI, é o aluguer dos contadores da água, é o custo da água e por aí fora. -----

Portanto, se analisarmos este quadro, vemos que efectivamente a população tem sofrido uma forte penalização. Por isso é que nós votamos contra esta proposta que nos é apresentada. -----

Para além do mais, nós sabemos que a nova Lei do IMI, o que pretende é que se faça uma actualização dos valores patrimoniais de todos os imóveis. Ora, se se mantiver a taxa no valor máximo e se as Finanças fossem fazer uma actualização correcta dos imóveis, então o valor do IMI assumiria valores astronómicos! Temos que ter noção disso. -----

Portanto, se se pretende que efectivamente as Finanças façam uma avaliação dos imóveis por um valor próximo dos valores do mercado, ou seja, do seu valor real, temos que

forçosamente baixar as taxas! Porque senão, a conjugação de taxas elevadas com valores patrimoniais elevados, isto daria um IMI ainda muito mais elevado. -----

Se nós queremos pôr alguma transparência na avaliação dos imóveis, temos forçosamente que baixar as taxas. -----

Por isso nos parece que, na reunião de Câmara, foi apresentada uma proposta no sentido de atribuir taxas diferentes a edifícios diferentes, que era o que deveria efectivamente de ser seguido. -----

Portanto, prédios com uma avaliação antiga, uma determinada taxa e, prédios que já foram reavaliados, com uma taxa mais baixa. Esta é a nossa opinião.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu diria, engenheiro Mesquita, que certamente os seus correligionários em Lisboa não gostariam da sua intervenção. -----

De facto, se calhar podemos lamentar que os serviços do fisco não estejam a dar o andamento desejável aos processos no nosso concelho e noutros concelhos. Eventualmente porque, surgem injustiças grandes, ou muito grandes, por via desse atraso que as pessoas sentem. Agora, estamos aqui a inverter as situações. Nada obriga a que a Câmara se adapte àquilo que é uma obrigação do Poder Central. Se calhar teria de haver o lançamento das actividades por parte dos serviços do Governo Central, que estão a dar imenso jeito a algumas coisas, e obviamente a partir daí, teríamos nós de nos adaptar às condições que pudessem surgir, porque tem sido assim que acontece, Lisboa manda e nós cá que nos desembrulhemos.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto em debate à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um da ordem de trabalhos foi **aprovado por maioria com doze votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista e, **onze votos contra**, sendo, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA O ANO DE 2008” -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias**: “Compreendemos que o município tenha a necessidade de lançar uma derrama. Aliás, acabámos de falar nas questões de financiamento. Parece-nos no entanto que o município deveria ter em consideração a fragilidade de muitas micro empresas que são a base do sistema empresarial do nosso concelho. São muito débeis, estão a viver um momento particularmente difícil, devido à crise económica que todos conhecemos. -----

O município teria obrigação de, de alguma forma, proteger esses sectores, promovendo uma diferenciação da taxa da derrama, protegendo os mais pequenos, à semelhança, aliás, do que fizeram outras autarquias. -----

Como se sabe, na Câmara propusemos uma taxa de derrama fraccionada consoante o montante dos lucros das empresas, de modo a que fosse uma taxa mais baixa para as mais pequenas e a taxa máxima para as que tivessem mais lucros, mas essa proposta foi rejeitada. ----

Não estamos portanto de acordo com esta proposta que aqui nos chega e portanto vamos votar contra.” -----

Foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “Pensamos que o Entroncamento tem condições para atrair empresas de conhecimento, de novas tecnologias, que são empresas que normalmente podem funcionar com espaços pequenos, onde os jovens acabados de licenciar podem ser encaminhados e colocados perante as realidades empresariais, contribuindo na feitura de projectos, etc. -----

Há cidades neste país que o têm feito e com bastante êxito e têm concentrado grandes centros de excelência em parques empresariais. -----

No Entroncamento estranhámos o facto de se manter estas taxas que estão em cima da mesa, porque leva àquilo a que todos nós conhecemos que é as empresas a deslocalizarem-se para concelhos vizinhos. Portanto, alguma coisa se passa, pois sabemos de alguns casos de empresas, mas abstermo-nos de estar aqui a referi-las. -----

Isto leva a um conjunto de situações que não são nada agradáveis. Nós sabemos que a taxa de crescimento aqui no Entroncamento, em termos de pessoas a instalarem-se, não tem sido muito grande em relação aos últimos anos. Não se vê muito crescimento, mesmo ao nível dos jovens. Se fizermos um estudo comparativo, chegamos à conclusão que o Entroncamento já não está naquele ranking a que vinha estando aqui há uns anos. E por conseguinte, a estabilização da mão-de-obra aqui no Entroncamento, poderia ser a solicitação de uma mão-de-obra de excelência e passarmos a dar apoio àquilo que é de moderno, que tem grande valor acrescentado e não podemos ter as ilusões das empresas de grandes dimensões. -----

O Entroncamento já teve várias experiências nas empresas de grande dimensão e todas falharam. Deslocalizaram-se todas para outro lado. Isto já não é de agora, já é de há quarenta e tal anos atrás que começou essa deslocalização. -----

Portanto, estas atitudes com estes valores de derrama não beneficiam absolutamente nada os horizontes das empresas que potencialmente se poderiam instalar no Entroncamento. Até porque estamos numa posição geográfica privilegiada em termos de transportes, pois estamos equidistantes das grandes capitais do país e até para a Europa e isso poderiam trazer-nos grandes vantagens competitivas. -----

Aparentemente não parece ser esta a opção. Admitimos que de facto tudo o que vier dá jeito ao executivo, naturalmente tem objectivos para cumprir e não era por aí que o mal ia ser relevante. O que nos parece é que isto pode afastar potenciais clientes (digamos) em termos de pessoas que se queiram instalar em termos empresariais no Entroncamento. -----

Já agora, em relação ao comércio, também não vemos que no Entroncamento haja qualquer estratégia de modo a relançá-lo. Não há uma imagem de marca global. Há as imagens pessoais, uma ou outra casa que tem nome, mas, o Entroncamento enquanto marca, não está lançado. É preciso fazer muito mais. Percebe-se muitas vezes nas grandes organizações e mesmo nas médias, que o que se gasta em marketing é mais do que o que se gasta em investimento de outro tipo. E isso, a curto prazo, tem retornos. Eu não estou a dizer nada de novo, isto acontece pois todos os grandes estrategas, em termos empresariais, accionam as suas dinâmicas desta forma. -----

Portanto, achamos que de facto era importante e que aqui a derrama podia ser aproveitada para um trabalho desta natureza. Uma promoção global na marca Entroncamento. Isto era importante, porque isto iria ter consequências em termos de comércio, em termos de indústria e em termos de crescimento económico.” -----

De seguida, a palavra foi dada a **António Ferreira**: “Quais são os concelhos que tiveram de aplicar a derrama o ano passado? Ou melhor, quais os que não aplicaram a derrama o ano passado? -----

Não aplicaram a derrama o ano passado os concelhos de Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha. -----

Estes foram os concelhos que não aplicaram a derrama o ano passado. -----

O concelho de Vila Nova da Barquinha é um concelho relativamente próximo do nosso, tem mais ou menos as mesmas condições e não é por isso que o seu “elefante branco” da zona industrial está cheio de indústrias. Não é pelo facto de não aplicarem a derrama, portanto, não é um factor determinante na concorrência e na atracção de investimentos. -----

Chamo aqui a atenção que Salvaterra de Magos aplicou a derrama máxima e uma grande parte dos concelhos aplicaram a derrama máxima. Houve algumas excepções que

aplicaram a derrama ligeiramente mais baixa. O ano passado podia ir até dez por cento do imposto que incide sobre o IRC. Neste momento a fórmula é diferente, mas, de qualquer forma, essa fórmula diferente, vem prejudicar os concelhos. -----

Se por um lado alarga a base de aplicação do imposto da derrama, por outro lado diminui a incidência sobre as empresas. E não se sabe muito bem qual será o resultado da aplicação desta nova fórmula, mas com certeza foi para beneficiar as empresas e a concentração do capital. Como já vimos no resto da política que está a ser seguida. -----

Eu debrucei-me sobre a questão da fórmula que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda na Câmara Municipal. Não foi nada convincente. E vou-vos dar um exemplo: Se uma empresa tivesse quarenta e nove mil euros de lucro, teria de pagar de derrama duzentos e cinquenta euros. Se a empresa tiver cinquenta mil, terá de pagar quinhentos euros. Ou seja, por uma questão de diferença de euros, duplicava logo de duzentos e cinquenta para quinhentos euros. -----

Eu penso que as propostas feitas devem ser convincentes, até para que o resto da Câmara depois também se sinta à vontade para aprovar essas proposta e não devem ser feitas em cima do joelho. -----

Penso ainda que neste caso, teria sido melhor indicar uma forma progressiva da aplicação dessa taxa. Isto se a Lei o permitir, que eu não estou muito convencido de que a Lei o permita. Mas, em termos de defesa teórica, em termos de defesa ideológica, acho que os impostos deveriam ser aplicados desta forma. -----

Chamo a atenção também para a natureza deste imposto. A natureza deste imposto é diferente do IMI. É um imposto que recai sobre as empresas. Sobre os lucros das empresas. E não sobre todas as empresas. É sobre as empresas que são tributadas em IRC, sobre os lucros. E agora chamo também à atenção para isto: é evidente que a concentração da riqueza em Portugal tem sido enorme e não é por isso que estamos a sair do “buraco” em que estamos em termos de crise. Não é a concentração de riqueza, o aumento dos lucros de algumas empresas, que levam à criação, posteriormente, de mais riqueza e de melhores condições. Se formos buscar parte dessa riqueza via derrama e se a trouxermos para o concelho, aí, nós vamos aplicá-la de uma forma muito melhor! -----

Nós estamos de acordo com a derrama desde que nos seja dito para onde é que vai essa derrama, e sempre dissemos isto no passado. Foi-nos dito para onde é que vai esta derrama e, portanto, nós vamos votar favoravelmente. -----

Mas chamo a atenção aqui para mais uma questão: Há um estudo em Tomar sobre a aplicação da derrama e diz-nos que a fatia maior dessa derrama, de uma forma esmagadora, o volume das receitas vem de grandes empresas. E esta forma, por acaso, até vem beneficiar até um bocado os concelhos, pois os bancos têm estado isentos de impostos, tem havido aí uma tramóia para a compra dos bancos, que durante anos ficaram isentos ou com impostos reduzidos, para dessa forma, dessa engenharia financeira comprarem os bancos, esta forma, por acaso vem beneficiar as autarquias. Há empresas, grandes locais, bancos, E. Leclerc e outras empresas, se deixarem alguma riqueza em termos local, isso é bom para o concelho. -----

E como já disse, nós, autarquias, sabemos aproveitar melhor os dinheiros que os privados e sobretudo, que as grandes empresas. Pois elas já demonstraram que não o sabem aplicar.” -----

Pedi a palavra **Célia Agostinho**: “Relativamente ao que o Partido Comunista acabou de dizer, só errou numa coisa, é que se esqueceu que as sedes dessas empresas, como o caso que referiu do E. Leclerc, nenhuma é no Entroncamento! -----

Portanto, a derrama vai ser aplicada sobre umas empresas que neste caso não são “chico-espertos”. Ou seja, que não mudaram a sua sede social daqui para fora. -----

Do E. Leclerc, a sede não é aqui, outras pequenas empresas do Entroncamento, nesta altura, para fugir se calhar à derrama, já estão a mudar as suas sedes sociais para Vila Nova da Barquinha. Porquê? Porque não a tem.” -----

Voltou a pedir a palavra **António Ferreira**: “Na Lei das Finanças Locais, no artigo catorze, isso vem bem explícito e é notório: «salvaguarda os interesses dos concelhos». Só as empresas com menos de cinquenta mil euros de lucro é que são só tributados nas sedes sociais. Todas as outras empresas, que têm mais de cinquenta mil euros de lucro, são em função do número de trabalhadores que têm em cada concelho. Está aqui no número catorze da Lei das Finanças Locais, pode consultar. Até certo ponto estão salvaguardados os interesses dos concelhos. Como eu disse, aquelas empresas de menos de cinquenta mil euros de lucro, só pagam nas sedes de concelho.” -----

Isilda Aguincha pediu a palavra: “Ninguém melhor para explicar isto do que o doutor António Ferreira. De facto ele conhece muito bem a legislação sobre esta matéria e, relativamente a isto e à fuga de empresas do concelho por causa da derrama, meus senhores, uma empresa que pague menos de cinquenta mil euros não paga setecentos e cinquenta euros e, contas feitas, uma empresa que tenha de lucro tributável cinquenta mil euros, paga setecentos e cinquenta euros para a derrama. Imaginem o que é, uma empresa mudar toda a sua estrutura para o concelho ao lado, ter os transportes que não tem no Entroncamento, ter uma série de encargos que não tem no Entroncamento, por causa da derrama. Pode haver outras razões, agora o factor derrama que aqui é argumentado, desculpem, mas é um *fait divers*. -----

Obviamente que sabemos que é mais um custo. É um custo para as empresas, mas é muito bom sinal e é sinal de vida, de vitalidade que as empresas possam pagar esta taxa, porque o que infelizmente acontece em muitos casos, é que as empresas não apresentam lucros e, portanto, nem sequer chegam a pagar derrama.” -----

Interviu **Ferreira Marques**: “Não apresentavam lucros, porque agora já foram todas a correr apresentar. Porque disseram-lhes: «Não apresentam lucros? Então espera aí!» E já foram todas a correr apresentar lucros, porque a receita engrossou bastante.” -----

Isilda Aguincha interveio: “O que significa que, de há alguns anos para cá, houve algumas coisas que evoluíram e não me venha dizer agora que foi só no governo Partido Socialista.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto em debate à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por maioria**, com **catorze votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Freguesia de São João Baptista e, **nove votos contra**, sendo, seis votos do Partido Socialista e três votos do Bloco de Esquerda. -----

Entrou-se de imediato no ponto três da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO (ART.º 68.º)” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Concordamos perfeitamente com aquilo que aqui nos é proposto, pois acho que vem uniformizar aquele espaço. E, quem esteve com a responsabilidade do cemitério, sabe perfeitamente. Há algumas aberrações que lá foram feitas e que estão no meio de campas que destoam e tiram a estética do cemitério. Portanto, estamos de acordo com esta parte, com a proposta. -----

Mas gostaria de chamar a atenção para o facto de que há necessidade de, naquela faixa que fica no meio daquelas duas parcelas que pertencem à Câmara Municipal, ser resolvido aquele triângulo. Penso que nunca mais foram dados passos sobre isso. Houve uma avaliação do terreno, fizeram-se os contactos com os proprietários na altura, mas devemos resolver o problema dessa faixa.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto três da Ordem dos Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Entrou-se no ponto quatro da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este documento, nós temos em presença uma reformulação de um regulamento que já existia e que, daquilo que me foi dado a entender, visa melhorar o processo de candidatura, de avaliação e de atribuição de bolsas. Nomeadamente, dado a possibilidade a mais pessoas de terem uma bolsa de estudo. E portanto, nesse sentido, o Partido Social Democrata subscreve e apoia esta proposta.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Apesar de ter dado uma vista de olhos no documento, gostaria que me elucidassem se as bolsas de estudo a atribuir são cumulativas com outras bolsas de estudo, ou não?” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto em debate à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Passou-se de seguida no ponto cinco da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO” -----

Pediu a palavra **Mesquita Domingues**: “Ao analisarmos este documento, constatamos que o mesmo se reveste de grande importância, uma vez que concentra muita informação sobre os equipamentos escolares do concelho e da população à qual esses equipamentos se destinam. -

Contudo, o mesmo merece-nos alguns reparos: -----

Segundo as séries cronológicas que nos informam sobre a variação da população escolar nos diversos níveis de ensino desde o ano de noventa e sete / noventa e oito, até ao ano dois mil e seis / dois mil e sete, verificamos que o número total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino público, baixou de dois mil setecentos e cinco alunos para dois mil quinhentos e trinta e um alunos, no ano de mil novecentos e noventa e oito / noventa e nove. ----

Nos anos seguintes, o número total de alunos tem-se mantido praticamente inalterado. Nunca ultrapassou os dois mil quinhentos e sessenta e três, número atingido em dois mil e um / dois mil e dois. Veja-se o quadro um / dois. -----

Se analisarmos os quadros referentes a cada um dos ciclos de estudo, verificamos que essa tendência é semelhante. Verificando-se apenas algumas alterações. -----

Temos pois alguma dificuldade em compreender as previsões da população escolar para dois mil e seis, apresentadas no quadro dois / quatro, porque nos parecem ser excessivas. –

Parece-nos também haver algum exagero nas propostas apresentadas no programa de intervenções. Segundo este, o que se propõe é a construção de setenta novas salas de aula. Cerca de cinquenta e quatro salas na zona norte e dezasseis salas na zona sul. -----

A todas as obras propostas é atribuída prioridade muito elevada ou elevada. Contudo, perguntamo-nos se alguém considera necessárias, neste momento, setenta novas salas de aulas?

Consideramos que efectivamente algo deve ser feito, sobretudo ao nível dos jardins-de-infância e escolas do primeiro ciclo. Sobretudo nestas últimas, afim de as dotar de instalações que permitam o ensino das novas áreas curriculares e não curriculares que agora são propostas. Nomeadamente o ensino do inglês, informática, ou outras actividades. Contudo, setenta salas de aulas pensamos que é demais. -----

Não é pelo facto de se estragar dinheiro a construir salas, que irão aparecer mais alunos! Penso que já é tempo de os políticos repensarem as suas prioridades. -----

Olhemos para os dados do Instituto Nacional de Estatística sobre a evolução do número de nascimentos em Portugal e verificamos que a população não tem tendência a aumentar, mas sim para estabilizar e, a mais longo prazo, até para diminuir. -----

Não é pelo facto de se erguer muito betão, que irá haver mais população. -----

O exemplo da cidade de Lisboa, que não é propriamente uma aldeia transmontana, é bem um exemplo do que afirmo. -----

Veja-se, em mil novecentos e vinte, a população de Lisboa era de quinhentos e vinte mil habitantes. Até mil novecentos e oitenta subiu para oitocentos mil habitantes. Segundo os Censos de dois mil e um, ou seja, em apenas vinte anos, verificamos que baixou novamente para cerca de quinhentos e cinquenta mil habitantes. Isto apesar de nunca se ter erguido tanto betão em Lisboa como nestes vinte anos. -----

É tempo de, em vez de se estragar dinheiro a erguer betão que irá ficar vazio, se invista na criação de condições para que os jovens possam ter os seus filhos no momento oportuno. ----

Porque o que nos é proposto é efectivamente um exagero e baseado em pressupostos em nosso entender errados, o documento não pode merecer a nossa aprovação.” -----

De seguida, pediu a palavra **Isabel Maia**: “Face à construção do jardim-de-infância Norte, nós perguntamos: será que o número de salas vai permitir satisfazer a procura, uma vez que foram reduzidas duas salas previstas no projecto inicial? E de que forma está a Câmara a pensar em compensar esta falta? -----

Isto porque consideramos fulcral uma cobertura total no que respeita à educação pré-escolar. -----

Constatamos porém, que faltam alguns elementos acerca dos estabelecimentos de ensino privado, por exemplo, no CERE. -----

Não obstante, somos de opinião de que a presente Carta Educativa, apresenta uma melhoria considerável em relação à primeira. Estando o documento tecnicamente bem elaborado, pelo que votamos favoravelmente o mesmo. Fazendo votos que, no futuro, seja melhorado e que possa prever uma abrangência intermunicipal ou até regional.” -----

Pediu a palavra **Fátima Roldão**: “O Bloco de Esquerda considera que a Carta Educativa do concelho apresenta um diagnóstico genericamente correcto e bem fundamentado, sendo importante realçar no entanto alguns aspectos. -----

A Carta Educativa contempla já o alargamento da escolaridade obrigatória para doze anos e o reforço da oferta do ensino para as opções vocacionais profissionalizantes. -----

A Carta reconhece, por outro lado, que a expansão urbana no concelho não foi acompanhada pela necessária dotação de equipamentos colectivos. Basta ter em conta que, o último estabelecimento de ensino foi construído há mais de vinte e cinco anos e, só nos últimos vinte, o concelho cresceu mais de cinquenta por cento. -----

Além disso, a ocupação desordenada e desenfreada, não tem viabilizado a aquisição de reserva de solos com localização e condições adequadas para esse fim. -----

Face à escassez da oferta educativa, confirmada pelo documento em apreço, infere-se a necessidade de aumentar, nomeadamente no ensino pré-primário e no primeiro ciclo, a oferta pública de qualidade, como uma das estratégias estruturantes do concelho para os próximos anos. -----

Em relação ao primeiro ciclo, a Carta identifica o flagelo com que se defrontam neste momento sessenta e três por cento das crianças que frequentam este nível de ensino. Todas as turmas das escolas números dois e número três e ainda duas turmas da escola número um se encontram em regime de desdobramento, com turnos das oito às treze, ou das treze às dezoito horas. -----

Por fim, há que evidenciar a importância do ensino técnico e profissional, com fortes raízes históricas no concelho associadas à Escola de Formação da CP e actualmente com duas Escolas Profissionais de referência, exigindo uma aposta inequívoca e diferenciadora do concelho na região, realidade que a Carta Educativa não reflecte nem aprofunda. -----

Face aos argumentos apresentados e porque este documento se afigura também como um importante instrumento ordenador do parque educativo, exigindo um maior aprofundamento e reflexão, e manifestando a bancada do Bloco de Esquerda as suas reservas face à falta de ambição e planeamento, vamos abster-nos na aprovação deste documento.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este documento, eu devo dizer, antes de mais nada, que ele obteve parecer favorável, aprovado por unanimidade na reunião do Conselho Municipal de Educação de doze de Julho, em que eu participei em substituição do senhor Presidente da Assembleia. -----

Foi apenas emitido parecer favorável. Há uma acta que está nos serviços da Assembleia Municipal, mas portanto, não houve mais do que o aprovar e, portanto, significa emitir parecer favorável ao documento que foi presente ao Conselho, foi discutido, foi analisado, foi explicado. -----

Depois de uma intervenção do senhor Vereador João Fanha Vieira e do senhor Presidente da Câmara, em que foi dado conta do processo de revisão deste documento, nomeadamente do trabalho desenvolvido pelo CSUR, Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico, entidade que, para além da nossa Carta Educativa tem trabalhado com diversas Cartas Educativas de concelhos, umas já elaboradas, outras em fase de estudo e trabalho de desenvolvimento, algumas no distrito, como Abrantes, outras de um pouco mais longe, como Lisboa, que está realmente a ser o trabalho desenvolvido nesta altura, foi-nos dado a perceber também que, havia um estudo projectando o concelho, uma preocupação no desenvolvimento, não só das infra-estruturas pelo desenvolvimento, mas de facto porque o Entroncamento tem muitas salas de aula (podemos dizer assim), mas são salas, são espaços que não têm as condições desejáveis para aquilo que o pressupõe a educação dos nossos jovens. -----

A necessidade sentida por todos, de espaços com qualidade, em que desde as actividades circum-escolares, tudo possa ser integrado, em que as crianças não tenham de ser deslocadas para fazer as suas refeições no outro espaço, às vezes com falta de pessoal auxiliar para acompanhar essas deslocações, em que andamos sempre a apagar fogos e a pôr uma janela a tapar um vidro porque pode chover lá dentro. Felizmente o Entroncamento não tem tido esses problemas, porque tem havido a preocupação da manutenção, nomeadamente por parte da autarquia em colaboração com as freguesias, para que isso não aconteça. Mas de facto, temos

um parque escolar velho. Para nós é velho. Para aquilo que a população do Entroncamento merece, e estamos a falar de gente nova, de gente que quer coisas e que tem direito a coisas. ----

Obviamente que podíamos investir noutras coisas! Mas se calhar, quem não investe à partida na educação dos seus jovens, está a descorar muito daquilo que vai ser o seu futuro. ----

Só uma referência, o jardim-de-infância, zona Norte, parece que vai ter as tais duas salas que faltam. Foi um processo que obrigou a que no projecto inicial, de que constavam as oito salas, fossem retiradas duas salas, porque Lisboa, a determinado momento, não queria oito, só queria seis. Portanto, o projecto teve de ser alterado depois de já estar pago e aprovado. -----

Portanto, o município teve de pagar o retirar de duas salas. E a seguir, quando a obra já estava adjudicada, foi confrontado o senhor Presidente da Câmara ou o senhor Vereador (peço desculpa, não sei exactamente qual dos dois) com o facto de, afinal até já se pode ter mais duas salas. Então há que pagar outra vez a alguém, aos técnicos responsáveis, para refazer o projecto, fazer nova orientação dos dinheiros para pagar a parte a mais que não estava consignada no orçamento de atribuição da obra, para conseguir as duas salas! E evitar que se tenha ali um enxerto. Porque como sabem, uma obra para seis salas, quando é reformulada depois, e se ainda por cima o projecto já está a andar, corremos o risco de ficar com uma obra, desculpem, “enxertada”. -----

Portanto, é um dos pequenos problemas que às vezes acontecem quando nós não dependemos apenas de nós. Quando estamos dependentes de autorizações de alguém que do lado de fora, umas vezes quer seis, outras vezes quer oito. E portanto, é uma das razões que faz com que aquela obra não esteja ainda concluída. Porque se calhar, já podia estar ao serviço da nossa população. -----

Não vou fazer muito mais considerações. O nosso objectivo, o objectivo de todos nós é que as nossas crianças não tenham desdobramentos. É que as nossas crianças tenham o acompanhamento desejável, não só para agora, mas numa perspectiva de um médio prazo. Já não falo em longo prazo, porque dois mil e dezasseis é já ali, portanto o horizonte temporal desta Carta não é assim tão distante quanto isso, embora nos pareça nesta altura, e se calhar daqui a cinco anos, como diz a Lei, estamos outra vez, aqueles que aqui estiverem, a olhar para este documento e a pensar no que é que terão de reajustar. -----

Há aqui dados que podem não estar completamente correctos, porque podem ocorrer situações que nós neste momento digamos, não controlamos. Mas por isso, a Carta vai ser monitorizada. A sua execução vai ser monitorizada conforme diz a Lei e, a cada momento, os vários intervenientes vão ter de cá estar para dizer de sua justiça e para olhar para cada reformulação que vai ter de acontecer. Porque não vai ser um defeito nosso fazer a reformulação. Vai ser o mostrar que estamos atentos e que temos a capacidade de acompanhar a evolução do concelho.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Nós consideramos que é importante um documento desta natureza, que coordena e que integra todas as preocupações que nos dominam na área da educação. -----

Constatamos que não é um documento perfeito, embora tenha algumas virtudes, naturalmente. E não é perfeito porque é demasiado optimista em relação a muitas coisas, porque salta por barreiras muito altas. No concreto, podemos dizer que é irrealista. Propõe valores, propõe dados que não nos parecem realistas. -----

Achamos que é preferível ter um documento do que não ter nada e, portanto, no âmbito da monitorização do processo que vai sendo sempre implementado, tentaremos também ir acompanhando e contribuir para que, no futuro, se for necessário, enriquecer e chamar à realidade este documento, para podermos contribuir de facto para a construção de um documento com melhor qualidade. -----

Neste sentido e porque damos o benefício da dúvida, apesar de tudo, o Partido Socialista vai abster-se.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Fizeram-se aqui afirmações relativamente à questão da evolução da população do Entroncamento. Acho que nós, como autarcas, devemos saber a realidade concreta daquilo que se passa com a evolução da população, porque isso depois tem implicações na necessidade de infra-estruturas. Temos aqui o exemplo do Centro de Saúde do Entroncamento, que não foi visto de uma forma de perspectiva de aumento da população e rapidamente ficou sem as necessárias salas, sem o necessário equipamento. -----

Nos últimos dois censos, a evolução da população teve um aumento de vinte e oito por cento. Foi de longe o maior aumento do distrito e muito acima da média do distrito. -----

Por outro lado, o INE tem feito algumas estimativas, fez uma estimativa intermédia entre os censos e os números de dois mil e quatro dizem que o Entroncamento aumentou em mais de três mil pessoas. -----

Também sabemos dos indicadores em termos de jovens. O Entroncamento é composto por muitas jovens famílias. Tem uma pirâmide etária relativamente jovem (contrariamente aos outros concelhos) e, portanto, a perspectiva continua a de se evoluir. -----

E nós temos outros indicadores, que são dados, por exemplo, na informação do senhor Presidente da Câmara, que são o número de licenças que são passadas! E as licenças indicam-nos o seguinte: Só nos loteamentos do Casal Saldanha, mais três mil pessoas; Casal Formigão, mais duas mil, duas mil e tal pessoas; Junto ao cemitério, são mais umas centenas, se calhar mais uns milhares de pessoas; O Projecto da INVESFER, se for para a frente, são mais uns milhares de pessoas. -----

Portanto, como foi dito pela minha camarada, a Carta Educativa prevê isso. Não podemos é estar a dizer que estamos a fazer um “elefante branco” com infra-estruturas que não vão ser utilizadas. Temos de saber a realidade concreta do concelho para não haver mais surpresas desagradáveis no futuro.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Sobre este ponto, como foi focado o Centro de Saúde e como na altura eu fui o responsável e com mais pessoas impulsionei a construção do novo Centro de Saúde, devo dizer o seguinte: -----

Aquele projecto que ali está, foi o que resultou de muita luta. Inicialmente, foi proposto, por parte do Governo, de que se fizesse um Centro de Saúde, que aquele era megalómano, com metade daquele tamanho e pusesse os profissionais a trabalharem mais tempo. -----

Devo dizer que foi uma vitória muito suada conseguir aquele Centro de Saúde. Na altura, por parte da senhora Ministra que estava, foram mandados suspender todos os Centros de Saúde que estavam em construção, mas na altura, houve uma resistência muito grande por parte de quem aqui estava, que me auxiliou e conseguiu-se fazer aquele Centro de Saúde. -----

Era um Centro de Saúde avançado para a época, considerado modelar no funcionamento e depois, todos os Centros de Saúde que se fizeram a seguir foram feitos segundo aquele molde. Que foi um molde adoptado no Canadá e na Suécia e extremamente avançado para a época. -----

Claro que todas as obras têm um horizonte temporal para darem resposta, não se podem fazer maiores. Houve ali defeitos, como a falta de climatização, mas mesmo assim eu sinto-me orgulhoso de ter colaborado na feitura daquele Centro de Saúde, naquela época, pois agora não seria assim.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto sobre a Carta Educativa à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por maioria com catorze votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima

e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, **nove abstenções**, sendo seis do Partido Socialista e três do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DAS ACTIVIDADES DO MUNICÍPIO”-----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Vou repetir algumas questões que já tinha levantado anteriormente em relação à informação do senhor Presidente. -----

Há necessidade de mais informação. Por exemplo, não temos informação nenhuma a nível da RESITEJO, nem sobre os concursos para concessão e construção do aterro e da estação da triagem da RESITEJO. -----

Nós aqui não deliberámos nada em relação a estes assuntos. Sei que estas questões foram levadas à Assembleia Municipal de Tomar. -----

A empresa Águas do Centro, mais uma situação da qual não temos informação nenhuma. -----

O que estava programado, o que estava nos calendários e nos projectos, nós sabemos. E começamos a pensar que eram “cantos de sereias” e, de facto, o que é que eles estão à espera para começar os trabalhos? Estão à espera do QREN? Mas nós também podíamos estar à espera do QREN, podíamos resolver nós o problema! Também nos candidatávamos ao QREN e também resolvíamos o problema! É evidente que vamos continuar a esperar e se calhar, é melhor esperarmos sentados. Que não nos vá acontecer o que está a acontecer com Torres Novas, que esteve na RESITEJO, passou por uma empresa privada e neste momento está a pensar seriamente em voltar novamente a uma associação conjunta com outros municípios e voltar novamente às Águas do Tejo. Não nos vá acontecer também isso a nós. -----

Na página dois da Informação do Senhor Presidente, fala no arquivo camarário que vai para o Mercado Municipal. Eu achei estranho ir para o Mercado Municipal porque é um bocado longe dos serviços centrais. Mas talvez da explicação que irá ser dada, existam alguns motivos para isso. Pergunto se há alguma caixa à prova de fogo para o arquivo, se as coisas estão a ser feitas em condições? Sei que no passado o IGAT chamou, pelo menos uma vez, a atenção para a falta de condições (isto ainda no tempo do Presidente Cunha) em que estava este arquivo. Portanto, finalmente se vai resolver o problema. -----

Na página oito, o jardim-de-infância da zona Norte. A questão já aqui foi levantada e eu penso que vai ser falada pelo senhor Presidente depois. -----

Na página nove, obras de remodelação da Câmara – eu achei estranho que a oposição da Câmara não tenha levantado esta questão. Na altura da remodelação do gabinete do senhor Presidente, foi uma questão que suscitou muita discussão e muitas perguntas. Agora admiro-me de não haver perguntas em relação a isto. De facto, quem as fez na altura, também se justificava que fizesse agora em relação à questão da remodelação do edifício na totalidade. -----

Em relação a alguns indicadores económicos – Já falei da questão dos impostos directos, que de facto estão a subir enormemente. Só em impostos directos, já se conseguiu atingir valores superiores às transferências do Governo para a autarquia. Portanto, isto significa muito. Significa aquilo que eu já tinha dito anteriormente – cada vez menos transferências para as autarquias. -----

Há alguns indicadores interessantes. Na derrama conseguiu-se uma cobrança de quase noventa por cento, até ao momento, o que significa que há alguma retoma em termos da economia local. Pode indicar isso. Aliás, se nós virmos também o IMT, que é um imposto sobre transacções, até ao momento já ultrapassou em quarenta e sete por cento aquilo que foi cobrado o ano passado. Ou seja, há uma retoma também no sector imobiliário no Entroncamento. Contrariamente àquilo que acontece no país. -----

Outra questão interessante também é os transportes colectivos, conseguiu-se uma receita de noventa e um por cento em relação a igual período o ano passado. Isto significa que as pessoas estão a aderir e os transportes andam normalmente com muita gente. É uma situação positiva e penso que foi dos melhores projectos que a Câmara fez nos últimos tempos e que melhorou a qualidade de vida da população mais carenciada e mais necessitada do Entroncamento. -----

Agora, questões negativas que têm a ver com a estrutura das receitas: -----

Em tudo o que é impostos, as coisas estão a correr muito bem. Mandamos as finanças cobrarem, elas cobram e as receitas vêm cá parar. Tudo muito bem. -----

Nas outras receitas correntes que competem à Câmara Municipal, as coisas não são tão famosas. Os indicadores não são tão bons. -----

Por outro lado, em termos dos terrenos na zona industrial, as vendas só atingiram sete por cento daquilo que estava previsto. Eu também não estava à espera que atingissem os cem por cento, mas isto pode indiciar que nós não somos atractivos em relação aos outros concelhos! Ou então, a economia está de tal forma em recessão, que as pessoas não vêm para cá. Ou então, o nosso modelo escolhido para a zona industrial não é o melhor. Tal como não foi o melhor na primeira fase. -----

São coisas em que nós devemos pensar de futuro e que devemos analisar muito bem. –

As receitas de estacionamento estão em zero por cento. Também não sei porque não foram ainda implementadas e o que é que está a bloquear isto, porque nós já aprovámos o regulamento!” -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias**: “Eu começo por me regozijar porque a dívida diminuiu, do ano passado para este ano, em vinte e um por cento. Porque é exactamente de uma dívida que eu vou falar. -----

É uma dívida que esta semana veio num jornal regional. É uma dívida a uma empresa chamada “Planotejo” que tem, até ontem, quatro meses de salários em atraso e, desde ontem três meses de salários em atraso. É uma pequena empresa cooperativa de Alpiarça que afirma ter uma dívida da Câmara do Entroncamento. -----

O Bloco de Esquerda recebeu, através do parlamento, uma carta que foi endereçada em dez de Agosto à Câmara do Entroncamento, que não teve resposta e estes trabalhadores, em desespero e tentando encontrar outros pontos de apoio para a sua reclamação, enviou para o Bloco de Esquerda, como provavelmente terá enviado para todos os outros partidos. -----

Esta questão é uma questão particularmente melindrosa. Há vinte trabalhadores com salários em atraso em Alpiarça, e portanto não é uma dívida qualquer! É uma dívida que tem de ser tratada. -----

Muito sucintamente, pois não vou ler a carta embora ela seja pequena, diz que, em Março de dois mil e quatro (portanto é uma questão que já se arrasta à três anos e meio) a empresa “Planotejo” contestou uma conta de cerca de vinte e seis, vinte e sete mil euros. Portanto, este litígio vem desde Março de dois mil e quatro. Desde então, tentaram receber os valores de que dizem ser credores. Em Março de dois mil e cinco, em Dezembro de dois mil e cinco, em Maio de dois mil e seis, enviaram cartas com aviso de recepção para a Câmara que não tiveram qualquer resposta. -----

Em Novembro de dois mil e seis, há quase um ano, houve uma reunião na Câmara do Entroncamento entre o senhor Presidente e o senhor Pedro Carlos, que é o Presidente da Cooperativa, onde o senhor Presidente da Câmara (segundo eles afirmam) disse que desconhecia o assunto, mas que ficou a “Planotejo” de enviar um novo ofício para ser marcada uma nova reunião para esclarecer de uma vez por todas a situa. Isto há um ano! -----

Eles enviaram o ofício, mas continuam sem resposta. Há um ano. -----

Diz esta empresa que: *«tal como em todos os que foram enviados, não obtivemos para estes ofícios mais do que um pesado silêncio, num claro sinal de desrespeito pelos mais*

elementares direitos dos cidadãos e das empresas, que lutam diariamente pela sobrevivência, pela dignificação do Estado Português e suas instituições. -----

Se nos permite, senhor Presidente, fazemos a seguinte pergunta: -----

Vivendo num Estado de Direito em que a democracia está garantida pela Constituição da República Portuguesa, que credibilidade pode merecer um responsável por uma Câmara que tem este tipo de conduta?» -----

A pergunta é retórica, foi feita em carta dirigida à Câmara Municipal, assinada pela gerência da Planotejo. -----

É evidente que eu não sei quem tem razão! Penso que nenhum de nós saberá se a Câmara deve, não deve, se a Câmara deve trinta mil euros, se deve vinte e cinco mil euros. Não sabemos. Mas os serviços têm de aclarar de uma vez por todas a situação. -----

O que sabemos é que é inadmissível que, durante três anos, esta questão não seja resolvida! Isso é que é inadmissível! E que não haja uma resposta. Que se diga «Não pagamos.» A Câmara dizia: «não pagamos» porque acha que não deve pagar; ou diz: «pagamos metade» e pagava metade! Agora não dizer nada, isso é absolutamente inadmissível! -----

Portanto, eu acho que se deve chegar rapidamente a um acerto. Eu sei que depois desta notícia no jornal, a Câmara do Cartaxo, que era uma das devedoras, no dia a seguir pagou vinte mil euros, que deu para pagar mais um mês de vencimento aos trabalhadores. -----

Portanto, neste momento, a situação já se alterou em relação ao que está aqui escrito neste jornal. Já não devem quatro, devem três, desde ontem. -----

Eles reclamam trinta e três mil e pelos vistos os serviços não estão de acordo com esse montante, mas eu acho que, se forem trinta e três mil euros, em relação ao quadro que nos é apresentado aqui, isto corresponde a menos de três por cento da dívida! Embora ela depois não venha mencionada nos outros quadros adiante. -----

Eu falei ontem com uma pessoa a partir do telefone que está aqui no cabeçalho, e eles já estariam satisfeitos que lhe pagassem uma parte da dívida! Por conta! E que depois se resolvesse o problema de qualquer maneira. Se lhes telefonarem, eles na segunda-feira estão aqui à porta da Câmara para receberem qualquer coisa! -----

Portanto, o pedido que eu faço, é que, na próxima semana, rapidamente se chegue a uma conclusão! -----

Se a Câmara não está de acordo com os trinta e três mil, os técnicos dizem que são vinte mil, eu não tenho procuração para falar pela Planotejo, como é lógico, mas eu estou convencido que eles estão receptivos a um acordo qualquer, de maneira a receberem qualquer coisa! Agora, é de facto triste que o nome da Câmara do Entroncamento venha para o jornal por uma dívida, que estas coisas já andem pelo parlamento, certamente pelos partidos todos, e que isto chegue a este ponto. -----

Eu pedia ao senhor Presidente da Câmara, e é um pedido que faço, que tenha em conta a sensibilidade deste caso particular que representa, e volto a dizer, dois ou três por cento da dívida e que, na próxima semana, concretize a disponibilidade que revelou de que está disponível para chegar a um consenso. -----

Segundo me disseram ontem, um gerente, eles também estão disponíveis para chegar a um consenso e, é um pedido, que urgentemente, durante a próxima semana, se chegue a um consenso sobre aquilo que é devido ou daquilo que não é devido.” -----

António Ferreira pediu a palavra: “Sobre esta questão levantada, eu gostava de um esclarecimento. Esta dívida à Planotejo é da própria Câmara ou é do Museu Nacional Ferroviário? Eu penso que é do Museu Nacional Ferroviário, mas posso estar enganado. -----

Mas por outro lado, penso que, mais uma vez, vem de encontro às questões que eu levantei ainda agora e que já tinha levantado na sessão anterior, que é o facto das questões relacionadas com o Museu Nacional Ferroviário nos deverem ser prestadas, para que nós

saibamos também o que é que se passa lá. A Câmara também tem algumas responsabilidades lá e devemos saber o que se passa concretamente naquela Fundação. -----

Há uma questão relacionada com isto que é muito importante. Nós estamos a viver uma situação idêntica aqui no Entroncamento. A Planotejo é uma cooperativa; Alpiarça está a dever; parece que o Entroncamento está a dever; que outros concelhos estão a dever. São empresas de pequenas dimensões. Não chegam a ser médias empresas, são pequenas empresas de pequenas dimensões. E estas empresas não podem concorrer com outras empresas maiores, que têm poder financeiro, que têm poder jurídico, que têm influências locais, influência a nível de *lóbis* e conseguem resolver os seus problemas de uma forma mais célere. -----

É evidente que estas empresas, como temos esta no Entroncamento que está a remodelar o edifício aqui ao lado e que se está a debater com este mesmo problema da Planotejo! As autarquias com as dificuldades, não pagam primeiro às empresas mais pequenas, pagam primeiro às maiores, que têm um poder de negociação e uma influência enorme. Primeiro pagam a estas e só depois é que pagam às pequenas! -----

Agora essas pequenas empresas, são empresas que têm mão-de-obra local! E é necessário termos alguma atenção a essas empresas para que também o nosso tecido empresarial local, a nossa actividade económica local, não venha a sofrer.” -----

Foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “Não temos aqui muitas coisas a questionar para já. Vamos aguardar para mais tarde, para ver quando é que a festa chega ao fim e para sabermos os foguetes todos que foram deitados. Porque há aqui muitas questões que poderíamos questionar, valores, encargos por pagar, prazos por cumprir, mas não vamos entrar por aí. Alguns dos colegas das bancadas já se referiram a algumas questões essenciais, mas temos aqui algumas perguntas simples. -----

Remodelação do Paços do Concelho – Tem aqui o valor contratual, mas não tem o prazo da execução? -----

Temos aqui uma empreitada de recuperação e regulação do Edifício da Câmara Municipal, que fala numa empreitada de fornecimento de pedras mármores. Quando se encomenda uma empreitada é só o material, ou é o material e aplicação? Isto é, esta empreitada é aquisição de pedras mármores, depois outra empreitada de fornecimento de mão-de-obra? -----

Parece-nos haver algumas imprecisões neste documento e portanto, também não nos vamos alongar com mais questões. Mais tarde, quando for a altura, falaremos. -----

Nós, naturalmente, estaremos atentos.” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Relativamente à informação do senhor Presidente e relativamente àquilo que aconteceu no município neste período de tempo, gostava de fazer referência de facto ao monumento ao trabalhador ferroviário. Penso que é o culminar de um processo que nos é grato e penso que é um bom culminar. -----

Por outro lado, o facto de as obras neste edifício estarem a acontecer, temos um edifício que nos tem servido; que serviu a Junta de Freguesia do Entroncamento; que tem servido o município do Entroncamento, mas que, infelizmente, nunca tinha sido alvo de uma intervenção que mantivesse a dignidade e a própria segurança destas instalações. -----

Eu estava a olhar para o tecto, como alguns e, todos nós sabemos que a intervenção que está a ser feita na parte superior é uma intervenção importante. Especialmente importante para a segurança, não só do que pudesse cair ou não cair, mas também de tudo aquilo que tem a ver com cablagens, com a parte de electricidade, com uma série de partes da infraestrutura que estavam quase aleatoriamente lançadas aqui por cima de nós e que, para além de não dignificarem a responsabilidade que este município tem, punham em risco todo o edifício, todos os seus componentes ao nível de recheio e as pessoas que cá estão dentro todos os dias, para além dos munícipes que aqui vêm. -----

Portanto, congratulo-me por esta intervenção estar a ser feita agora e espero que seja uma intervenção que perdure, pelo menos tanto tempo como o tempo que este edifício tem sem intervenção, por razões que nós, se calhar, desconhecemos, ou talvez não. -----

Ainda relativamente a isto, gostava de fazer referência à questão do arquivo do município, que, ao que sei, está devidamente acondicionado num espaço que o município disponibilizou para o efeito e que vai ser objecto de uma intervenção com técnicos especializados, que começam a fazer um trabalho que também durante muitos anos não foi feito. Quando era preciso qualquer coisa, ia-se ao sótão e procurava-se. É bom poder procurar, mas às vezes demora muito tempo, é muito complicado, os materiais degradam-se e, portanto, estamos a entrar numa fase nova também ao nível da preservação da memória daquilo que foi o princípio e a continuação do Entroncamento.” -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para comentar as questões aqui levantadas: “Vou primeiro dirigir-me ao público, ao senhor José Luís, que falou aqui de várias coisas como a questão da plantação de árvores. A Câmara vai tomar isso em consideração, vai pensar nessa matéria. -----

Em relação ao parque infantil do Bairro da Liberdade, há lá um resto de um campo que, já no passado recente, ainda no tempo do meu antecessor e da governação socialista, aquele parque infantil foi desactivado porque não tinha condições. Pensaremos um dia remodelar, mas é tudo uma questão de prioridades. Não é só por paixão. Eu morava naquele Bairro, conheço isso tudo. Logo que possível a Câmara pensará nisso. Mas, não foi no meu tempo que ele foi desactivado, foi no tempo do anterior executivo do Partido Socialista. Eu estava cá, assumo essas coisas, pois também cá estava, mas foi preciso dar segurança às crianças e, como não tinha, esse parque foi desactivado, como outros foram desactivados nesse tempo no Entroncamento. -----

Em relação ao parque da estação, este tem um dono. É provisório, vai acabar a todo o momento, pois vai ser entregue ao dono e vai deixar de ser um depósito de carros, para ser um terreno particular, como ele é, e serão utilizados os outros espaços que o município colocou à disposição e que ainda não estão cheios. -----

Em relação a duas ou três questões que foram aqui colocadas pelo Partido Socialista: o Monumento Nacional ao Ferroviário, foi também por influência dos senhores, foi por influência de todos. Estamos todos aqui e nada cai em saco roto. -----

As coisas são precisas, têm de ser pensadas, analisadas e trazidas à Câmara. A Câmara esteve plenamente de acordo, e por unanimidade, o que me veio dar um regozijos redobrado sobre a matéria e, portanto, foi a influência de todos aqui e da população em geral no Entroncamento. -----

Há aqui um equívoco, pois há pouco foi-me perguntado sobre a obra do banco. As pessoas ainda não se aperceberam, mas aquilo é uma obra da Câmara Municipal do Entroncamento! O banco que faça as obras que entender, que eu nunca me meterei nelas! Mas certamente se queriam referir à obra da Câmara Municipal do Entroncamento e não à obra do banco. -----

Houve duas pessoas que falaram nesta obra e nas prorrogações. Havia uma prorrogação até ao dia vinte e cinco de Setembro. Devo informar os senhores que não entrou nenhum pedido de prorrogação a partir dessa data. Certamente as pessoas compreenderão que, se não há pedidos de prorrogação de prazo, é porque o empreiteiro entende que a obra estará pronta. Tem tempo, como toda a gente sabe, o empreiteiro tem vinte e dois dias e quem está ligado a esta matéria e tem analisado os processos, sabe que tem vinte e dois dias úteis para pedir a recepção provisória, a Câmara tem onze dias para o fazer. Mas tudo vai correr normalmente de certeza absoluta. Pena é que não tenha sido feito à mais tempo e que não tenha tido estes avanços, mas prontos, são algumas vicissitudes neste processo que me escuso de dizer aqui porque têm sido públicos. -----

A doutora Célia falou que o E`Leclerc não tem sede no Entroncamento. O E`Leclerc, e a senhora sabe muito bem disto até pela actividade que desempenha, não é nenhuma sociedade, é TRONCADIS e a TRONCADIS tem sede no concelho do Entroncamento e em boa hora se conseguiu no tempo do meu antecessor, que também fez estas coisas, se conseguiu que eles tivessem cá sede. -----

Em relação aos jardins-de-infância e às escolas do primeiro ciclo, como diz o senhor engenheiro Mesquita, é uma prioridade sim e está expresso na Carta Educativa. É uma competência da Câmara Municipal do Entroncamento. Jardins-de-infância, como todos nós sabemos, nunca foi feito nenhum de raiz no Entroncamento e este concelho tem décadas. Está a ser feito o primeiro. -----

E quando o senhor diz, e eu também concordo perfeitamente com o que o senhor diz «é tempo para os políticos pensarem», tem razão! Porque os políticos obrigaram o Entroncamento a parar aqui um pouco em termos também destas obras. E destas obras porque, nós apresentámos um projecto para fazermos oito salas de aulas no jardim-de-infância Norte. Quando cheguei com esse projecto mais o senhor Vereador, foi-nos dito: «não poderá ter mais de seis salas de aulas». E nós fomos ter outra com o projectista pedir para nos redimensionar o projecto para seis salas de aulas. Quando fomos apresentar esse projecto das seis salas de aulas, disseram-nos: «...com as dificuldades que os senhores têm, têm é que fazer oito salas...»! Pois, eu acho que eles têm que pensar e, se calhar, agora não pensaram mal, porque devem ser oito. --

Portanto, concordo plenamente consigo. Devo também dizer-vos que a Câmara Municipal do Entroncamento não vai fazer as duas salas de imediato. Para já, redimensionou o espaço e vai procurar que venham apoios comunitários para isso. Nós temos estado sempre na perspectiva desde Janeiro e neste momento, assumo aqui, as reuniões têm sido adiadas com as CCDR Lisboa Vale do Tejo e não há regulamentação para o QREN. É uma prioridade, não é nenhuma paixão neste momento e para nós, também é uma prioridade a educação. -----

Estamos a fazer projectos e neste momento estamos a fazer também mais dois projectos para remodelação, modernização e ampliação das escolas de primeiro ciclo do concelho. -----

Em relação à Carta Educativa, é um documento técnico analisado por pessoas que fazem as Cartas Educativas de Lisboa, Sesimbra, Azambuja, Vila Franca, Abrantes, Tomar, Chaves. Portanto, tenho alguma dificuldade de pôr em questão a capacidade dos técnicos a quem entregaram isto. Está mal feita? Então eles deviam ter analisado melhor. Ou então foram ver que está para nascer uma urbanização na zona Sul, com x fogos, há duas urbanizações na zona Norte e perspectivaram isso assim. -----

De qualquer maneira, quero dizer-vos que nem só as empresas se poderão deslocalizar ou não. Há meninos nossos (e por isso tem sido a nossa preocupação e chegámos tarde porque quando chegámos à Câmara no passado não havia dinheiro e só na reserva de eficiência é que conseguimos arranjar dinheiro para aquele jardim de infância) que estão em lista de espera ou estão em concelhos limítrofes, porque de facto, a nossa população escolar continua a crescer de dia para dia. -----

Mas como foi aqui dito, a Lei obriga a que, no prazo de cinco anos, este documento seja visto, revisto e repensado, se for caso disso. -----

Foi dito aqui que a remodelação dos Paços do Concelho não tem prazo; não o pusemos aqui, não temos de pôr aqui, mas pronto. E que fomos ao pormenor das pedras mármore. Eu vou dizer o que é as pedras mármore: -----

As pedras mármore são para acesso ao edifício da Câmara a pessoas com deficiência motora. Já pusemos um elevador, estamos a tratar do resto do edifício, mas há, de facto, na entrada, ali um ressalto, uma dificuldade, não falando na parte exterior que será tratada quando for toda a praça José Duarte Coelho. -----

São pedras que se compraram, de facto, mas não se vai fazer mais nenhuma empreitada. São os serviços da Câmara Municipal do Entroncamento que, à sexta-feira, quando as instalações fecharem, que vêm aplicar as pedras, para na segunda-feira pudermos usar. -----

Em relação ao banco, terei reunião na segunda-feira e se depois tiver mais alguns dados apresentarei à Câmara Municipal, como é minha obrigação. -----

Em relação ao que veio na Comunicação Social, eu costumo dizer às pessoas quando vêm aqui, que se a Comunicação Social resolver o problema ou se pagar, corram à Comunicação Social! -----

Eu não me vou referir muito a isto, mas se quiserem saber muito em pormenor sobre esta matéria, a Assembleia pede em pormenor à Câmara. Eu não conheço todos os pormenores, mas tenho alguma noção do que é que se está a passar sobre isto. -----

Esta empresa fez a cobertura que está no Museu Nacional Ferroviário, apoiado pelo Programa Valtejo e que a Câmara lançou esse concurso. Fizeram a cobertura e foi acompanhado por um técnico que fiscalizou sempre a obra, acompanhada também, na altura, pela Directora do GAT, Arquitecta Manuela Fazenda, hoje técnica da Câmara de Torres Novas. -----

Se calhar vou dizer aqui alguma burrice, mas vou tentar esclarece-los o melhor possível. Essa cobertura, antes de ser colocada lá em cima, na totalidade, foi primeiro feita cá em baixo e depois é que foi colocada. A empresa entendeu por bem fazer lá algumas alterações. Quando a puseram lá em cima, os nossos técnicos, o senhor arquitecto, entendeu que não era nada daquilo que se pretendia e mandou repor a posição inicial. Começou a partir desse momento. Veio uma carta de uma firma aos serviços e a partir do momento em que tive uma reunião com esse senhor empresário é que me debrucei mais sobre essa matéria. -----

Só quero dar aqui um esclarecimento, pois não pode ser assim. A empresa está com uns problemas ali de uns trabalhadores, como tem a Silvério e Melro, que tem tido alguns problemas, mas nós estamos em dia com a Silvério e Melro, não podemos é adiantar nada, porque, tem de haver autos! Nisto tem de haver um auto subscrito, assinado pelo técnico que acompanhou, a dizer sim senhor! Porque se não, se esse senhor não concorda e se não se consegue sentar para elaborar um auto definitivo de acordo com os técnicos... é das coisas que mais me incomoda é quando têm de ir a tribunal, mas, se for caso disso... há aqui alguém que tem que arbitrar esta situação! -----

Se é inadmissível não escrever, ou escrever, há certos termos que se escrevem, mas, uma coisa é dizer: «bom, agora não é vinte e seis, agora é trinta e três mil, porque já há juros». Coloca-se: «juntar ao processo» Pois, até que tenha uma solução! -----

O senhor engenheiro Carlos Matias fez-me aqui uma sugestão para eu fazer como fez o meu colega do Cartaxo, que foi a correr pagar uma dívida. Nós entendemos que não é aquilo, portanto, esses senhores têm de se sentar comigo e com o técnico para que se chegue a algum consenso. Sente-se e não seja irredutível, como foi comigo. Que prove que é aquela quantia, pois nem a projectista arquitecta Manuela Fazenda, nem o senhor engenheiro Nuno Valente, técnico que acompanhou a obra, entendem que está bem. O senhor que prove e resolvemos o problema. -----

Portanto, não quero ser irredutível com este processo, não é por ser uma cooperativa, é porque de facto estamos a falar de pessoas, estamos a falar de empresas e eu não me tenho escusado a nada e resolverei de imediato. Se calhar a Câmara assumirá uma coisa destas, mas é preciso que seja provado, que se sentem e que cheguem a algum consenso com os técnicos dessa matéria. De resto, estou completamente disponível. -----

Há pouco falou-se aqui de que dá para onze vencimentos. A transferência do Estado, os três milhões e seiscentos mil dão, está aqui escrito. Mas alguém falou que não é isso que está aqui escrito. Despesas com o pessoal, a dotação actual, cinco milhões e onze mil euros. Portanto, se já temos comprometido neste momento três milhões trezentos e tal, ainda falta até ao fim do ano! Portanto, é precisamente isso, dá para onze vencimentos. -----

Também se falou aqui do parque escolar velho. É verdade, o parque escolar está velho e é por isso que é uma grande aposta nossa nos jardins-de-infância e escolas do primeiro ciclo. Mas esquecemos aqui de uma coisa que eu quero ressaltar aqui, que são as Associações de pais. Estas têm sido extraordinárias nesta matéria. Têm ajudado a Câmara de uma forma que nos obriga por vezes a irmos atrás até deles. Portanto, é uma ressalva que aqui deixo às Associações de pais que de facto têm sido impecáveis com a Câmara e têm feito connosco uma parceria. ----

Falou-se aqui também do arquivo que poderá ser longe. Eu acho que não é longe. Hoje em dia estamos a digitalizar os documentos, já temos uma técnica e não vai andar um funcionário de trás para a frente a ir buscar papéis! Evidentemente que não pode ser. De facto era uma coisa indescritível o que tínhamos aqui no nosso sótão! Portanto, convidei a vereação para me acompanhar e ver o que nós tínhamos aqui. É uma obra do passado, uma obra bem feita e com uma perspectiva de futuro, mas tem que ser alterada e, mesmo quando se perspectivou a obra, não se sabia certas coisas que cá estavam. Portanto, neste momento o arquivo está naquela zona do Mercado que estava desactivada e está devidamente acondicionado. Temos lá um técnico e uma pessoa a colaborar com esse técnico e pensamos nós que demos os passos certos para isso. -----

Acho que já disse nesta Assembleia e volto a frisar se não o disse, que a ideia é que na escola centenária que temos no jardim, que venha a ser lá o Arquivo Municipal e Histórico do Entroncamento. Mas para isso precisamos de desactivar primeiro e depois candidatar-nos. Mas é essa a perspectiva, não é ficar de futuro no Mercado. -----

O arquivo em termos de obras, que tem estado no sótão do edifício da Biblioteca, esse arquivo vai ficar, até ser totalmente digitalizado, na futura Divisão de Obras. -----

O senhor António Ferreira falou aqui de uma faixa de cinquenta metros ao pé do Pavilhão. A Câmara Municipal do Entroncamento e a vereação conhecem em pormenor os projectos que nós temos. Esse é um projecto que foi apresentado aqui há algum tempo, numa reunião. Esse espaço é um dos projectos que nós apresentámos. -----

Os projectos do Bonito. Datas. Em relação aos projectos do Bonito, programa base e estudo prévio, completamente entregues à Câmara. Vão ser apresentados dentro em breve aos senhores vereadores para conhecerem mais em pormenor. Mas foi dentro do que nós perspectivámos. -----

Quanto às candidaturas, logo que tenhamos pronto e que haja QREN. Enquanto não houver regulamentação, nem posso dizer se vamos arranjar a estrada ao pé do Pavilhão, se vamos fazer um viaduto com a REFER ou se vamos fazer uma obra menos de fachada (como foi dito aqui que temos estado aqui numa preocupação de facto de criar condições aos municípios do Entroncamento e não estamos a perspectivar isso. Se assim fosse, não iria, pois é uma obra de pouca ou nenhuma fachada, alcatroar todos os espaços interiores da COFERPOOR, que nunca foram tratados e que nós vamos tratar. Já lancei essa empreitada (é da minha competência) e não iria fazer uma coisa dessas, pois isso não tem fachada nenhuma, nem se vê! São partes interiores. Mas é importante. Assim como no Largo 1.º de Dezembro, aquelas garagens estão em muito mau estado e também vamos alcatroar aquilo tudo. São partes interiores, mas são importantes para as pessoas. Portanto, não estamos só preocupados com obras de fachada. Vamos fazendo coisas pequenas, porque não há QREN. As coisas grandes, se houver alguma hipótese de se fazer no futuro, cá estaremos e são importantes de facto para o Entroncamento. -----

Quanto à Derrama, não sei como é que chegou a informação à Assembleia, mas a Derrama foi aprovada, por proposta minha na Câmara Municipal do Entroncamento, e será para a revitalização do comércio local. A verba toda para revitalização do comércio local. É uma preocupação que nós temos, revitalizar o comércio. -----

Em relação à faixa de terreno para ampliação do cemitério, nada cai em «saco roto». O senhor esteve cá e tratou de um processo para a avaliação desse terreno. Neste momento está a

decorrer o processo de expropriação, porque não chegámos a acordo com o novo dono do terreno. Portanto, está a decorrer normalmente um processo de expropriação, como está a ser tratado na rua 1.º de Maio no Largo vinte e quatro de Novembro, como vai eventualmente ser tratado o processo na José Saramago com a rua Afonso Henriques. Portanto, aguardamos. -----

Certamente que se aperceberam que o Entroncamento não procurou nenhum centro escolar; procurámos dois núcleos escolares e não um centro escolar. Não havia justificação para isso numa terra como o Entroncamento. Portanto, não há nada para fechar, antes pelo contrário, há para abrir. -----

Em relação ao Centro de Saúde, antes da última Assembleia, falei com o responsável por esta matéria, o senhor designado pelo Partido Socialista foi lá e acho que as coisas têm de ser assim, quando está o Partido Socialista é o Partido Socialista que está a tomar conta das coisas, quando são outros, deverão ser outros. Mas esta é a minha oposição pois às vezes as coisas não são bem assim, às vezes as coisas são híbridas e não se percebem bem. -----

Foi-me dito que foi mandado fazer um processo novo porque aquele projecto contrariava todas as normas comunitárias. Foi adaptado o projecto. Disseram-me que sim senhor. O senhor doutor Branco disse que iria fazer um ofício para a Câmara Municipal do Entroncamento, para esclarecer a Assembleia, mas até à data não chegou nada. Mas deixo aqui um apelo a todas as forças políticas, muito particularmente ao Partido Socialista, para tentarem de facto ajudar a desbloquear um processo que já estava desbloqueado e que ia ser lançado a concurso. -----

Sobre a estação de triagem da RESITEJO, ainda nada andou. Ainda agora tivemos uma reunião, onde eu estive presente, na RESITEJO e ainda não está nada decidido neste momento sobre essa matéria. Os valores são megalómanos, houve estudos para redimensionar o espaço; em termos de verbas tentar baixar para não ser tão penalizante para os munícipes, mas neste momento não está nada decidido. -----

Não foi precipitação. Cada um faz o que entende e o meu colega de Tomar entendeu por bem levar à Câmara Municipal e à Assembleia. Ele explicou isso na reunião. -----

Sobre as Águas do Centro, nós aguardamos, depois do Governo ter resolvido o problema de Castelo Branco, que tinha as obras feitas e nunca tinha pago nada, havia ali um impasse muito grande, foi nomeado um novo administrador, este resolveu o problema com Castelo Branco e aguardamos a todo o momento, eventualmente que haja QREN, para se resolver isto. Agora acho que só na Assembleia do fim do ano é que vamos fazer todos a adesão. Os concelhos da Barquinha, Entroncamento, Sardoal, Mação, vão ser nessa altura. -----

Portanto até lá, temos tido aqui algumas reuniões, atrasou-nos substancialmente a rua doutor Costa Machado, uma obra que está adjudicada e que muito nos preocupa porque, por causa deste processo das Águas do Centro. Mas não consigo fazer mais neste momento sobre essa matéria. -----

Quanto aos transportes colectivos têm sido de facto um sucesso. Mas são altamente deficitários. Isto é o que está orçamentado e portanto está a ser cumprido. Entendemos por bem que alguma coisa tem de ser actualizada, pois está de facto desactualizado em relação a outros percursos e a outras Câmaras, mas vamos ver. Não vamos fazer nada de ânimo leve nem em cima do joelho que o senhor António Ferreira não gosta nada dessas coisas. -----

Em relação aos terrenos da segunda fase da zona industrial, vendemos sete por cento. Vendemos o último terreno da primeira fase. Da primeira fase já não temos nenhum terreno, vendemos o último há dias a uma empresa. Quanto aos terrenos da segunda fase, entendemos que não vamos vender enquanto não tiver a obra feita, pois certamente não se aperceberam, mas estão a ser feitas todas as infra-estruturas da segunda fase da zona industrial. -----

Estamos a tratar de regulamentar bem, vamos procurar que alguns erros do passado e que nós vamos conhecendo ao longo do tempo, não se venham a repetir nesta segunda fase. Portanto, estamos a elaborar o regulamento, que virá à Câmara, à Assembleia e, portanto, não

queremos vender terrenos nenhuns neste momento sem termos o mínimo de condições para tal. Por isso, entendemos por bem que não vai ser este ano. -----

Foi aqui falado nas receitas do estacionamento. Já aprovámos o regulamento, foi lançado segundo concurso há uns tempos, está aprovado, está escolhida a empresa, já veio à Câmara e portanto, são aqueles prazos para que a concessão seja entregue. Mas já foi entregue essa concessão e começará dentro dos prazos que estão estipulados. -----

Quanto ao Museu Nacional Ferroviário, entendia por bem que, enquanto parceiros, enquanto fundadores, quando houvesse relatório de actividades, quando houvesse o orçamento, trouxéssemos, como fiz no passado, o relatório. Quando quiserem fazer alguma pergunta sobre essa matéria, tudo o que eu souber responder, responderei. Agora está aquele edifício que é visível o que está a ser feito neste momento e estamos a fazer concursos para projectos. A Fundação vai deixar de ter um consórcio que havia com o arquitecto Lopes, e vai aparecer, entendemos nós e na opinião do professor Augusto Mateus, que tem acompanhado este processo, um arquitecto de referência, pois nestas coisas às vezes é preciso, nem que para tal seja só o nome para dar força a alguns projectos em termos comunitários, como é o caso deste processo.” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Eu não fiquei completamente esclarecido sobre a questão da Planotejo. É evidente que ninguém quer que a Câmara pague o que não deve. E isso tem de ser esclarecido entre os técnicos. -----

Agora, há um ano que a empresa pediu para ser feita uma reunião entre os técnicos e eu gostaria de saber se posso deduzir, das considerações genéricas que o senhor Presidente da Câmara fez e com as quais eu estou de acordo, mas se posso concluir daí que o senhor, a Câmara, urgentemente vai fazer a tal conferência de técnicos para que a questão seja esclarecida, que é isto que as pessoas pretendem.” -----

Respondeu o **Presidente da Câmara**: “Eu não vou fazer com carácter de urgência. Não são os jornais que me pressionam. Quem me conhece sabe que não vale a pena. Mas é assim, vamos fazer as coisas normalmente. Só farei essa reunião se eles vierem disponíveis para a reunião! Não pode ser eu impor reuniões técnicas! Porque já houve várias reuniões! Eu quero é que venham com disposição para um consenso. Não era nada disto que está ali! O que está ali é irredutivelmente, nós temos que receber x. E eu, para isso, não estou disponível para mais. Se acham que é isso, só têm de accionar os meios legais. -----

Agora, é a primeira vez que eu estou a ouvir o senhor engenheiro Carlos Matias a dizer que as pessoas estão disponíveis para um consenso. Bom, se estão disponíveis para um consenso, vamos então pensar e repensar o assunto e estou completamente disponível para isso. Mas quero é que venha aqui a empresa dizer que está disponível para isso e que não seja irredutível como foi até agora, dizendo devem-me isto, paguem-me isto. Se eles assumirem que querem analisar para ver se há algum consenso, eu estarei disponível. Porque quero dizer-vos aqui abertamente que o senhor engenheiro Nuno Valente disse-me que há pequenas coisas, que se fizeram lá alterações. Mas são pequenas coisas, nunca isso! Se se fez, tem que haver um auto e só com um auto é que eu pagarei. E para haver um auto, os técnicos da Câmara Municipal do Entroncamento têm que assumir isso. -----

Se esses senhores estiverem disponíveis para uma reunião entre técnicos, quando tiverem o auto, no dia a seguir, só se a Câmara não tiver, mas tem de certeza absoluta possibilidades de despoletar e de pagar essa verba. Não teríamos dívidas se tivéssemos muito dinheiro, mas temos dinheiro disponível para essas pequenas emergências. -----

Portanto, estarei disponível desde que ele, tal como o senhor engenheiro Carlos Matias disse, estiver disponível para chegar a um consenso.” -----

Voltou a pedir a palavra **Carlos Matias**: “Só para esclarecer o senhor Presidente que a carta que o senhor recebeu, diz que a Planotejo pede para ser feita uma reunião e eu passo a citar: «...incluindo os técnicos de ambas as partes para esclarecimento da situação». Portanto,

se é para esclarecimento da situação, não é para chegar de modo imperativo, deduzo eu (e é uma questão de interpretação de português e há aqui vários linguistas), é evidente que é para esclarecer a situação! Admitem que a situação não está esclarecida! E a carta foi enviada no dia dez de Agosto, estamos a vinte e nove de Setembro! Portanto, é claro que o que a Planotejo está a pedir é que a situação se esclareça. É exactamente isso que o senhor disse. Portanto, eu deduzo que a reunião vai ser feita rapidamente.” -----

Pediu a palavra o **Presidente da Câmara**: “O senhor não fique mal esclarecido. Eles reúnem os técnicos, mas não podem fazer cartas a dizer abertamente «o senhor deve-me isto». Se eles cá vierem eu estarei disponível para pôr os técnicos da Câmara, não comigo, mas os técnicos da Câmara, para chegarem a um entendimento.” -----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão quando eram treze horas e quinze minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. ---

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário:

Elaborada pela funcionária ao serviço da Assembleia Municipal:
Ana Paula Rosão